

DEVASSA NA PETROQUÍMICA

Baseando-se em provas documentais, o deputado João Cunha (MDB-SP) denunciou na última segunda-feira a atuação das empresas multinacionais na área da petroquímica (ver EM TEMPO nº 25), numa trama que envolve apoio e participação direta de Ministros e também do Governador Paulo Egídio. Invocando a gravidade das denúncias, o parlamentar disse que o caso é de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Apesar disso, o governo manteve silêncio oficial durante toda a semana, enquanto que, em Brasília, corriam rumores de que setores do regime (ao invés de admitir uma devassa para esclarecimento dos fatos) estariam pressionando a punição do deputado. (Pág. 6)

EM TEMPO!

SEMANARIO NACIONAL — Nº 26 — Cr\$ 10,00 — 27/8 A 03/9 DE 1978



O atentado à bomba em Belo Horizonte.



A resposta do governo aos que protestaram.

GOVERNO ACOBERTA TERROR

Em Minas, ao invés de investigar os atentados de extrema direita, o governador Ozaman Coelho botou 200 policiais, cães e a cavalaria na rua para reprimir uma manifestação de protesto contra o terrorismo do braço clandestino dos órgãos de segurança. Mas na Câmara Federal, o deputado Airton Soares, MDB-SP, pediu a formação de uma CPI para apurar os responsáveis pela invasão, saque e explosão de uma bomba neste semanário.

Mais de 200 policiais armados de bombas e cassetetes, cães pastores e dois pelotões da cavalaria cercaram o quarteirão da Câmara Municipal de Belo Horizonte, momentos antes do início do ato de repúdio aos atentados terroristas de extrema-direita que o jornal Em Tempo vem sofrendo nas últimas semanas.

Segundo à risca a decisão anunciada na véspera pela Secretaria de Segurança, o coronel Walfrido de Oliveira, da PM, não permitiu a formação de qualquer grupo com mais de duas pessoas nas imediações. Nem mesmo aos jornalistas foi permitido trabalho em conjunto.

Apesar de mais esta violência, os órgãos de repressão não conseguiram evitar que mais de 300 pessoas protestassem contra a invasão, o saque e a explosão de uma bomba, atos praticados por comandos pára-militares clandestinos que se intitulam GAC, MAC e CCC. Na Câmara, o escritor Benito Barreto, um dos oradores, exaltou o fato da manifestação não ter sido apoiada apenas pelos jovens. Ele se referia à presença dentre outros dos deputados Dalton Canabrava e Genésio Bernardino do MDB, da sra. Helena Greco, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, além representantes da igreja, da Oposição Sindical, “numa manifestação clara de que a luta está se ampliando”.

Neste ambiente de tensão, estourou uma bomba de gás lacrimogênio, nas proximidades, mas os responsáveis não foram identificados.



À saída, por volta de 21 h, um cordão de agentes do DOPS auxiliava o coronel Walfrido a barrar a saída dos manifestantes, obrigando-os a se retirar de dois em dois.

Segundo o deputado Dalton Canabrava, essa foi a primeira providência tomada pelo novo governador do Estado, sr. Ozanam Coelho, em resposta à exigência de apuração dos responsáveis pelos atentados: “nós pedimos o fim do terror e ele nos manda tropas da polícia”.

Para segunda-feira, às 19 horas, no pátio interno do Largo São Francisco, em São Paulo, os setores oposicionistas marcaram um ato de protesto contra o terrorismo ao jornal Em Tempo, e as prisões de mais de 20 participantes da Convergência Socialista. Leia nas páginas 3, 9, 10 e 11.

**“A UNE é
nossa voz.
A UNE
somos nós”.**

(Pag. 12)

**Professores
aprenderam
a lição:
greve em SP.**

(Pag. 3)

**A conjuntura,
num artigo
de Rosalice
Fernandes.**

(Pag. 5)

**Proibição
não impede
ato contra
a carestia**

(Pag. 5)

A absolvição conquistada na Bahia

Dois anos depois de terem sido presos e torturados, foram julgados e absolvidos quarta-feira em Salvador, os 19 acusados de tentarem reorganizar o Partido Comunista Brasileiro em Sergipe, entre eles o funcionário da Petrobrás Milton Coelho de Carvalho, de 36 anos, que está cego em consequência das torturas sofridas durante os interrogatórios.

O processo que findou quarta-feira teve início em fevereiro de 76 e na época foram autuadas 29 pessoas, mas por falta de provas 10 delas foram logo absolvidas, restando 19 que ficaram sendo interrogados e torturados, tendo como chefe do IPM o coronel Oscar de Melo Silva, comandante do 28º Batalhão de Caçadores em Sergipe, pertencente à equipe do general Adir Fiuzza de Castro, comandante da IV Região Militar à época das prisões.

A fragilidade das acusações foi tamanha que o próprio Procurador Militar da VI RM, Kleber Coelho pediu a absolvição de 11 dos julgados por absoluta falta de provas que os incriminavam. E mesmo os argumentos para o pedido de condenação dos oito restantes não convenceram os juizes um simples laudo policial que atestava terem os panfletos, apreendidos em mãos dos acusados, apresentado ca-

racterísticas de máquinas de escrever e mimeógrafos também apreendidas na casa de familiares ou dos próprios presos.

A absolvição dos 19 acusados foi por quatro votos a um do Conselho Permanente de Justiça da Marinha, convencido das argumentações dos advogados de defesa de que as provas não eram suficientes e de que as confissões eram impostas por terem sido obtidas por meio de torturas. Os advogados apresentaram como uma das peças fundamentais para este argumento o fato de os presos terem passado mais de cinco dias, da data de suas prisões até a entrega oficial ao comandante do 28 BC, em local ignorado.

O encarregado pelo interrogatório e torturas foi o major Ribeiro, um homem que não teve o seu sobrenome identificando, mas que era alto, olhos verdes e que hoje integra uma organização do Exército na praia Vermelha, na Urca, estado do Rio de Janeiro. As torturas praticadas pelo major Ribeiro eram assistidas por dois médicos do Exército que examinavam as condições físicas dos presos e diziam até que ponto eles podiam suportar, segundo declaração dos presos.

Na ocasião em que os presos estavam sob tortura a

comando do major Ribeiro, o general Fiuzza foi até Sergipe "visitá-los" e encontrou-se com o preso Pedro Hilário que foi soldado, junto com Fiuzza, na 2ª Guerra Mundial tendo lutado nos campos da Itália. O então Comandante da VI RM reconheceu o ex-colega e Pedro Hilário lhe disse: "Comandante, derrotamos os fascistas da Itália mas deixamos os daqui". Fiuzza não gostou da afirmação e ordenou que as torturas fossem redobradas. Pedro havia sido preso dois dias depois de ter saído do hospital em consequência de um derrame cerebral.

No julgamento foi mais uma vez reafirmado o fato de Milton Coelho ter ficado cego por torturas, fato constatado nos laudos da própria polícia (Em Tempo nº 15). Depois de absolvido resta agora a Milton a tentativa de uma ação contra os seus torturadores e a leve esperança de voltar a enxergar caso consiga condições de viajar até a Espanha para um tratamento.

Para o julgamento, toda comunidade baiana e sergipana se mobilizou através do Movimento Feminino Pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comitê dos Direitos Humanos de Feira de Santana, estudantes, parlamentares, religiosos.

(Lindalva Maria)



Bancários paulistas lutam pelo aumento



"65% OU GREVE!" Esta era a reivindicação que se ouvia, gritada em coro pelos 2.500 bancários presentes, logo no início da quarta assembleia da campanha salarial da categoria, em São Paulo, realizada na última quarta-feira no Salão de Festas da Casa de Portugal.

Desde o início da campanha, a proposta dos bancários é 20% de aumento a partir de julho passado e mais 45% a partir de 1º de setembro, como também o anuênio de 300 cruzeiros.

Na quinta-feira (24.08) houve nova reunião no Sindicato dos Bancos, junto a elementos da Comissão Salarial dos Bancários, a fim de se levar a decisões da assembleia. Em vista disso, nova concentração seguida de passeata foi organizada reforçando a reivindicação da categoria. Os bancários afirmam não modificar a proposta de anuênio, mas continuar a discussão sobre os índices de aumento, prometendo uma resposta definitiva para o dia 28.

Os bancários estão dispostos a manter suas posições até a próxima assembleia, que ocorrerá no dia 30. Além disso, foi marcada para o dia 5 de setembro assembleia em favor dos cinco funcionários do Banesp que se encontram suspensos por suas atividades na campanha salarial, devendo ser processados pelo Banco. A categoria pretende exigir do Sindicato o pagamento de seus salários durante este tempo e que a Diretoria assumira a luta reintegração dos colegas.

mocratizar a campanha", segundo membros da oposição. Este fator chegou a gerar tumultos no início desta última assembleia, quando os presentes pediam a saída da mesa do sr. Teixeira, já que a posição da diretoria era a de aceitar a contraproposta. A presidência dos trabalhos acabou ficando com o presidente da Federação dos Bancários de São Paulo, Jesus Nazareth Bizzioli.

A predisposição dos bancários em esquecer o Decreto-lei 1632 mostrou-se muito forte, na medida das vaias aos defensores do acordo e na recusa unânime, pela segunda vez, da proposta patronal.

Na quinta-feira (24.08) houve nova reunião no Sindicato dos Bancos, junto a elementos da Comissão Salarial dos Bancários, a fim de se levar a decisões da assembleia. Em vista disso, nova concentração seguida de passeata foi organizada reforçando a reivindicação da categoria. Os bancários afirmam não modificar a proposta de anuênio, mas continuar a discussão sobre os índices de aumento, prometendo uma resposta definitiva para o dia 28.

Os bancários estão dispostos a manter suas posições até a próxima assembleia, que ocorrerá no dia 30. Além disso, foi marcada para o dia 5 de setembro assembleia em favor dos cinco funcionários do Banesp que se encontram suspensos por suas atividades na campanha salarial, devendo ser processados pelo Banco. A categoria pretende exigir do Sindicato o pagamento de seus salários durante este tempo e que a Diretoria assumira a luta reintegração dos colegas.

A Frente informa: sai Magalhães, entra Médici!

Deixem que os mortos enterrem os mortos. Quanto à Frente Nacional de Redemocratização, a Adeq informa: sai Magalhães Pinto, o banqueiro das Alterosas, e entra Emilio Garrastazu Médici, o pai do "milagre econômico" e responsável pelos anos mais violentos da repressão policial. A informação, que já circulava pela grande imprensa há algum tempo, foi confirmada pelo Relatório Reservado (boletim dirigido à área empresarial e editado no Rio) desta semana, com detalhes: é praticamente certa a adesão do grupo Médici ao General Euler e às suas

pretensões presidenciais pela via indireta. Os primeiros contatos, feitos em fins de julho, em Brasília, entre o General Hugo de Abreu e o professor universitário Roberto Médici, filho do ex-ditador, continuam e só não foram tornados públicos pelo "receio" que o General Euler e seus assessores têm de o fato "prejudicar sua imagem". O episódio desmente, portanto, os que afirmam que a Frente é incapaz de ampliar suas bases. Amplia, sim. Depois do grupo Médici, a meta, com certeza, é o grupo do general Frota. Eta frentona! (MB)



FINAIS

DEMISSÕES Foram despedidos na semana passada, em Osasco, 22 operários do setor de Calderaria da metalúrgica Brown-Boveri, sendo que a maioria deles participa da oposição, sindical. Dois dos operários demitidos fazem parte da CIPA-Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e têm por lei estabilidade garantida. A oposição está se mobilizando e já no dia 25 puxou uma assembleia para examinar uma luta pela readmissão dos companheiros.

ENGENHARIA Os 1.150 estudantes da Escola de Engenharia de Ouro Preto estão em greve desde o dia 17 de agosto. A luta é por melhores condições de ensino, contra a falta constante de grande número de professores, pela exigência de moradia para os estudantes, melhoria do restaurante pela ampliação do espaço físico da escola.

Como forma de pressionar a Orelha, 600 estudantes realizaram, no último dia 21, uma passeata pelas ruas de Ouro Preto exigindo o ensino público e gratuito, o fim da repressão na Universidade e a prática das liberdades democráticas.

DEPREDAÇÃO No dia 23 último cerca de 800 operários da Cia. Mendes Júnior, no Rio de Janeiro, destruiu parte da cantina porque naquele dia o prato era arroz, feijão, cenoura e carne estragada.

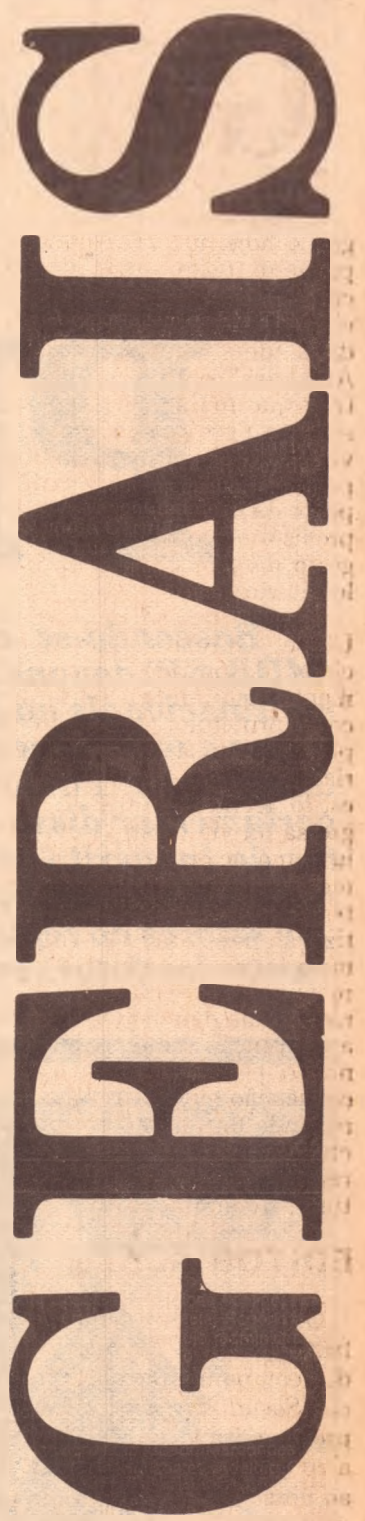
Os operários, que trabalham no trecho do metrô do bairro do Estácio, reclamavam que além do péssimo serviço de alimentação, não recebem seus salários há três meses. A PM esteve no

local mas não chegou a intervir.

HISTÓRIA/ Foi realizado na semana passada, em Campinas, o II Encontro de Professores de História de 1º e 2º graus. Entre as conclusões do encontro está a análise crítica de que hoje "o professor de História constituiu-se num mero repetidor de manuais", no apresentador do saber acabou limitado ao "certo" e ao "errado", onde a História passa a ser uma sucessão linear de causas e efeitos". De concreto saíram algumas propostas a serem levadas ao IV Encontro Regional da Associação Nacional de Professores Universitários de História, em Araraquara, de 4 a 8 de setembro, e a proposta de uma revista que permita uma maior articulação entre todos os professores de História do país.

EXILADO VOLTA/ Jun Nakabayashi, exilado no Chile e na Alemanha desde 1968, retornou ao país na última semana. No Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, após esperar quatro horas e meia, Jun Nakabayashi prestou depoimento a agentes da Delegacia de Estrangeiros, do DOPS. Foi, em seguida, liberado, dirigindo-se com sua família e advogado para SP.

PLEBISCITO/ Os médicos do Hospital das Clínicas de São Paulo e os funcionários do Hospital do Servidor Público Estadual - SP organizarão um plebiscito de 28 a 30 próximos, onde poderá ser decidido o retorno à greve.



Esta decisão coube à Comissão de Divulgação e Ética Médica do HC e por uma assembleia de quinhentos funcionários do Servidor, já que o Estado negou atendimento de reivindicações fora da implantação do Plano Nacional de Saúde, ao nível estadual.

SECUNDARISTAS/ Segunda-feira passada estudantes secundaristas da Escola Estadual de 1º e 2º graus "Eurico de Figueiredo", na Zona Norte de São Paulo, reuniram-se em frente à escola para manifestarem seu apoio à greve dos professores paulistas. Durante o ato o diretor do colégio, Capitão Sidney Aurélio Guarânia, sequestrou 5 alunos levando-os para uma sala da escola e os ameaçando. Os companheiros, do lado de fora do prédio, tentaram invadi-lo para libertar os colegas que momentos depois foram soltos.

"Presos denunciavam 233 torturadores"

A reportagem de EM TEMPO, sob o título acima, teve e continua a obter repercussão. Entretanto, recolhemos observação do prof. Edgar Mata Machado e do Dr. Antônio Faria Lopes, segundo a qual o Delegado Lara Resende, mencionado na denúncia, não pode ser confundido com o advogado Geraldo Lara Resende, "que também já exerceu a função de delegado, na qual se aposentou havendo deixado entre os que os conhecem a melhor impressão sobre a maneira isenta e correta com que a desempenhou." (N.R.)

A quantas anda o caso Maluf-Lutfalla?

Quem responde através de depoimento é Walter Amaral, advogado do BNDE no caso Lutfalla e atual candidato a deputado estadual pelo MDB/SP:

"A Lutfalla apresentou em 1974 um balanço auditado comprovando um prejuízo de 150 milhões, que no entanto era disfarçado pela superavaliação do ativo imobilizado. Este prejuízo era intencional e decorrente de procedimentos que vinham sendo adotados pelos acionistas dirigentes como por exemplo, o caixa 2, sonegação fiscal, duplicatas fias, exportações fictícias, etc. Quanto ao caixa 2, existia nos últimos 10 anos na empresa, ao lado da contabilidade legal, uma outra pró-forma, o caixa 2, que era intitulada via EK/BARRANI. Ao que tudo consta, EK seria o pre-nome de seu implantador, Edmundo Kehdi, e BARRANI, expressão do idioma árabe que significa por fora. Por este caixa 2 eram compradas matérias primas sem nota fiscal, cujos produtos eram igualmente vendidos sem nota. O custo destas mercadorias eram repassados aquelas que seriam vendidas legalmente, e assim, é claro, contabilmente aparecia o prejuízo. Já o produto da venda das mercadorias sem nota era depositado em contas bancárias dos acionistas ou transferido para suas esposas Silvia

Lutfalla Maluf e Vera Lutfalla Jafé.

Por outro lado os recursos do BNDE emprestado à Lutfalla vêm do tesouro, ou seja são recursos públicos. Hoje o patrimônio negativo da empresa ascende a mais de 900 milhões e o fato é tão mais grave que se não ocorrer o ressarcimento dos cofres públicos - o que só poderia ocorrer com o confisco dos bens das duas esposas - dividindo esta importância pelo número de habitantes do país, veríamos que cada brasileiro contribui com 9 cruzeiros para o escândalo Lutfalla, ou seja para o enriquecimento pretensio futuro governador do Estado. E tomando a família média de 5 pessoas, cada trabalhador contribui com 45 cruzeiros, ou seja, quase um dia de trabalho.

Nesta situação o Sr. Paulo Maluf é absolutamente ineligível para o cargo que pleiteia, a vista do que dispõe a lei complementar nº5 de 1969. Entretanto esta ineligibilidade deverá ser arguida pela parte legítima do ponto de vista judicial, quer dizer, o MDB poderá oferecer esta arguição à Justiça Eleitoral na época própria, na forma de um recurso contra a diplomação do candidato eleito em 1º de setembro.

O Sr. Paulo Maluf demonstrou em toda sua vida pública ser um péssimo ad-

ministrador, e pior, envolvendo-se em ilegalidades e irregularidades em todos os cargos que ocupou. Como prefeito, construiu a obra mais discutível da história da cidade de São Paulo, o minhocão, e demonstrando seus pendores de populista perdulário, presenteou no oba-oba do milagre brasileiro cada integrante do escreto à copa mundial de 1970 com um automóvel 0 km utilizando-se de recursos municipais. Como consequência está o Sr. Paulo Maluf condenado pelo STF em Ação Popular, a devolver aos cofres da Prefeitura a importância relativa ao presente.

Quem melhor definiu o estilo do populismo de Maluf foi Fernando Henrique Cardoso ao dizer que ele representava um "ademarismo mais rápido no gatilho". Após 14 anos de jejum democrático dentro de um regime arbitrário e autoritário que tem vivido durante todo este tempo sob o signo da intolância e da impunidade, é absolutamente previsível o surgimento de "lideranças" como a que representa Maluf. Liderança populista e amoral, nascida sob o signo da corrupção. Isto somente poderá ser evitado através da restauração da moralidade administrativa, pela via das liberdades democráticas.

A greve alcança os operários gaúchos

No Rio Grande do Sul, depois de muitos anos, trabalhadores industriais também resolveram fazer greve. Mais de 200 operários das Confecções Wolens S/A pararam de trabalhar por um dia reivindicando aumento salarial de 25 por cento, sendo que 10 por cento não descontável no próximo dissídio coletivo. A greve foi interrompida depois que uma assembleia decidiu, por maioria, esperar até esta semana, quando a direção da empresa prometeu dar uma solução após reunir-se com outras indústrias do setor.

No início da semana passada, as operárias da Wolens (apenas cinco por cento são homens) tiraram numa assembleia no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre, o pedido de 25 por cento. Foi dado um prazo de dois dias para a resposta do patrão. Mas a Wolens disse,

simplesmente, que não daria aumento nenhum, até uma "decisão global do sindicato patronal", que quinta-feira, reunidas na hora do café, as trabalhadoras resolveram parar suas máquinas. A direção da empresa, prontamente, alegou que estava disposta a negociar, mas que dependia da posição de todas as indústrias. "Não somos empregadas do sindicato dos patrões, mas da olens, foi a resposta. As duas fábricas - a camisaria e a confecção de casacos de couro - pararam, sem produzir as 520 peças diárias. Apenas

continuaram funcionando as seções de escritório da empresa. A greve durou até às 18 horas, quando as operárias dirigiram-se a seu Sindicato para debater o assunto.

Apesar das propostas de não interromper a greve, acabou sendo votada, por maio-

ria a posição do Sindicato, de que todos deveriam voltar normalmente ao emprego no dia seguinte e esperar a resposta da empresa, para, então, decidir o que fazer. João Paulo Marques, presidente da entidade, alegava que seria "muito difícil sustentar a greve por mais cinco dias".

As empregadas da Wolens ganham, em média, Cr\$ 1.800,00 por mês e explicam que essa foi uma "greve da fome", que não será desviada enquanto a proposta dos patrões for "ridícula". Também trabalhadores de outras indústrias de vestuário estão reivindicando o aumento. Assim, mais greves podem estourar durante essa semana, mesmo que alguns empresários tenham se adiantado e concedido aumentos de 50 por cento, sobre os salários de setembro passado.

DÊ PRÁ GENTE.

Cartazes, jornais, revistas ou panfletos não faz só de bons textos. Hoje em dia, o número cada vez maior de publicações no mercado impõe um tratamento gráfico profissional e decente. Fazemos todos os serviços de produção gráfica: da diagramação às rotativas. Qualquer serviço que você precisar, consulte-nos pelos telefones 853-6680 e 280-4759.

Assine EM TEMPO!

Nome Profissão
Idade Endereço Bairro
Fone Cidade Estado CEP
End. Comercial Horário Fone
Estou enviando o cheque nº do Banco em nome da Editora Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua
Mathe 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415. fone 853-6680.
Anu. 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Alvaro Galvão, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Antônio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mares, Guá, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Rau Angiada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Residente) Sulpentes Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antônio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antônio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Morera
Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.
Editor-Geral: Jorge Baptista

EDITORIAS: Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos (Líonel Almeida (sub-edição), Aluísio José Marques, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lena, Maria Cris-

tina Plau, Marneide Oliveira, Marion Frank, Suzana, Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antônio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, José Arrabal, Maria Rita Kehi, Mateus Sampaio, Nadine Haber, Paulo Nasser, Sérgio Alti, Sérgio Squalini, ARTS: João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Siam, Martinez, (ilustração); Ennio Brauns F. João Roberto Martins F. Niels Andreas (foto).

Revisão: Alfredo Maria Camilo de Souza, Tomé

Arquivo-Pesquisas: Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Quitéria, Silvestre Prado, Rubens Adorno.

SUCURSAIS:

Brasil: (SCS - Edifício Maristela, s/1103): Luiz Carlos Maria Juárez; Recife (R. Anibal Faicão, 127-Fraças): Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Minello (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scastru, Alzira Me-

deros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administração); Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar de Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Márcio Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Berçali, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Asaphan, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo, (administração); Curitiba (R. José José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Paulo Sá Brito, Reinoldo Ateni; Porto Alegre (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letícia Menezes, Soara (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayaia, Raul Pont, Salvador (Av. 7 de setembro, 202-s/501): Ademir Oliveira, João Henrique, Antônio Dias, Emílio José, Dalton Godinho, Oidack Miranda, Lina Maria. Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 s/408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Haselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lela Meirelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lissa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas

ESCRITÓRIOS: Aracaju (SE): David Dantas, Campinas (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros, Florianópolis (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelino, Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gerivaldo de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinício de Araújo (administração e distribuição), João Passos (PB): Aurélio Aquino, Gerivaldo de Araújo, Manoel Campos, Mauá (RN): Cleber Correia, Francisco de Assis. ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa de Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Verela, Nilos Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccini (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte); Ademir Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefones: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

GENERAL SEM ODOR DE CAVALO

A trama longamente urdida pelos grupos hoje no poder falhou no seu primeiro teste: Euler Bentes é o candidato da oposição à presidência. Na convenção do MDB, apelidada de "Revolução das Rosas Amarelas" por um grupo de repórteres que no final da solenidade presenteou flores ao general, o grande vencedor foi o grupo autêntico. Depois de arrancarem de Euler a proposta da Constituinte e do governo provisório, conseguiram, a contragosto da direção partidária, sagrar o vencedor.

No seu pessedismo de sempre, Ulisses Guimarães presidente nacional do partido, esquece o argumento que antes tentara erguer como princípio, no sentido de que a participação no processo legitimaria Figueiredo. E numa saída de estilo, fecha a questão: o MDB "ingressa na via indireta para destruí-la como acesso ao poder". Mas ao mesmo tempo lembra a Euler Bentes o exemplo de Dutra na democratização pós-Estado Novo, que nada mais foi do que a repressão sobre o movimento popular tão logo respirou o ar da democracia. Além disto, a convenção sequer aceitou examinar o pedido de impugnação da convenção regional do Rio de Janeiro, onde foi flagrante o boicote dos chaguistas às candidaturas populares. Mas se a cúpula moderada continua freando o partido, no entan-

to, a campanha de Euler foi posta sob a direção de um grupo mais combativo de parlamentares, com o senador Saturnino Braga na chefia. E ao mesmo tempo, nas futuras andanças do general não estarão mais a acompanhá-lo os figurões do partido, abrindo assim caminho para presença de setores populares presentes nos atos que se realizarem, conforme se anunciou em Brasília.

Tudo isto está se passando como queriam os planos de Euler que, segundo declarou em Brasília Rosalice Fernandes, suplente de deputado estadual do Rio recentemente libertada da prisão, "necessita de algum nível de mobilização em torno de seu projeto, para garantir a viabilidade da candidatura alternativa, e não para colaborar com o movimento de resistências populares à ditadura".

Esta contenda não é nenhuma novidade para os setores mais consequentes da oposição. Com o que Rosalice concorda ao afirmar que destas oposições o que cabe é "compreender as divergências entre o projeto de Euler e o projeto de Geisel/Golber/Figueiredo, em favor dos oprimidos", devendo "golpear juntos no que for possível, mas marchando sempre separados" para que a oposição popular acumule forças próprias.

Esta divergência Euler já deixou bem clara. Seja nos métodos, ao

Depois de muita insistência dos autênticos, o MDB aprovou Euler Bentes como candidato à presidência da república, para concorrer com Figueiredo, da Arena. O discurso de Bentes ficou muito atrás do próprio decálogo que o MDB fixou como programa para a campanha.

longo de sua trajetória por vários pontos do país, apesar de todo o seu demagógico apelo ao povo mobilizado. Seja também a nível das formulações programáticas, que agora, na convenção, apresentaram-se bem mais tímidas do que já era de se esperar.



O seu discurso ficou bem aquém do decálogo aprovado anteriormente pelo MDB como condição para integrar a Frente Nacional de Redemocratização. A questão dos três anos de governo provisório não aparece aí claramente; a Constituição de 1967 é tomada como significando

o "Estado de Direito Democrático" a reger a vida do país após a abolição imediata dos atos de exceção. Se o decálogo do MDB não falava de um governo provisório, por outro lado ia mais longe na liberalização do regime apontando para uma anistia ampla ainda que imprecisa, para a necessidade de liberdade partidária ainda que restrita, para a liberdade sindical ainda que vaga, dentre outros pontos, sobre os quais o general agora passa por cima, ou deixa-os ainda mais ambíguos. E a um general vários anos comprometido com o golpe, cercado de militares ainda mais suspeitos, deve-se pedir mais e não menos que a cúpula moderada do MDB.

De outro lado, suas investidas na área sócio-econômica são decepcionantes, pela ligeireza imprópria para um discurso de convenção. É claro que os eixos centrais de sua análise são problemas reais com os quais as oposições populares têm a ver: a questão do imperialismo e da super-exploração, polidas pela linguagem de Euler e transformadas no problema da dependência e da concentração de renda entre "classes, profissões e regiões".

Mas as soluções apontadas não vão além do senso comum vulgar. A empresa multinacional deve ser disciplinada tão somente, mas ainda assim deixando campo para que ela possa "prosperar numa sadia

economia de mercado". A concentração das grandes empresas deve ser vigiada, mas apoiando-a "onde quer que sua magnitude seja uma necessidade ou conveniência", o que de resto é a regra geral em qualquer setor de um capitalismo monopolista. Significativo nesta temática é o alerta que Euler lança aos empresários: não me temam, pois nada tenho de estatizante. Finalmente, aos trabalhadores, o general acena com a já batida estória da ampliação do mercado interno, que substituindo a denúncia do arrocho, aparece como uma vara de condão a unir numa feliz empreitada patrões e empregados. Enfim, é a utopia do capitalismo civilizado, numa versão das mais simplórias.

Contudo, a sagração do general foi uma vitória, cujos frutos crescerão no fustigamento da candidatura Figueiredo e na ampliação das reformas do governo, pelo menos. No mais, muita coisa está a depender da mobilização popular das oposições mais consequentes. Pois enquanto Figueiredo sujava-se ainda mais em São Paulo dizendo preferir cheiro de cavalo ao de gente, diziasse jocosamente em Brasília que o lema emedebista para as eleições será: "vote no MDB, ele tem cheiro de gente".

Flávio Andrade

EDITORIAL

Os atentados recentemente sofridos por *Em Tempo*, as prisões dos companheiros da *Convergência Socialista*, a condenação do preso político Jesus Paredes Soto a 20 anos, a ameaça de sequestro ao nosso colaborador na sucursal de Curitiba, o engenheiro Paulo de Sá Brito, além das declarações de vários membros do alto escalão das Forças Armadas, batendo na telha de que a "revolução é permanente", são sintomas de uma das tendências que hoje se desenvolve na conjuntura política do país.

De um lado, os setores populares da oposição avançam na sua luta contra o regime autoritário e suas bases de sustentação. De outra parte destas mesmas bases se voltam frontalmente contra o projeto do governo através da Frente Nacional de Redemocratização e da candidatura Euler Bentes. Diante deste caudal oposicionista, a "distensão lenta, gradual e segura" está em constante ameaça passando a viver das oscilações entre as já famosas "pressões e contra pressões", definidas pelo general Geisel. Lema aliás, que o Grupo Anti Comunista, Gac, autor dos atentados em Belo Horizonte, fez seu, através do slogan: "a cada ação, uma reação".

A hora parece ser de campo aberto para estas "contra pressões". E neste contexto que sitamos os atentados de que fomos vítimas por três vezes seguidas, bem como as ameaças que ainda pairam por completa e total omissão das autoridades diante dos fatos.

Pois de resto, a quem interessa hoje o terror? Seguramente não é às oposições, em especial os seus setores mais consequentes, que se acumularam forças, ainda não fizeram o bastante para partirem para uma confrontação direta pelo poder.

O que os atentados demonstram são, pelo contrário, duas coisas bem distintas. Em primeiro lugar, que as classes dominantes acostumadas com a impunidade de seus escândalos econômicos e de seus carrascos da ordem, começam a ser postas a nu pela relativa liberdade de imprensa conquistada, e assim reagem pelo terror através de seus segmentos "linha dura". Este o primeiro nome do terror, pois as denúncias de corrupção e torturas, diante das quais por dever e convicção nunca nos omitimos em nossa curta existência, tendem a se avolumar cada dia mais, desmascarando o golpe de 64 no seu próprio terreno e colocando para a opinião pública os réus a serem julgados.

Em segundo lugar, é claro que neste contexto de avanço da luta por liberdades democráticas, surge a campanha pela anistia como um passo imprescindível para a conquista da democracia. Pois se o golpe de 64 se ilegítimo, igualmente, diante das massas, se ilegítimas também todas as suas punições. No entanto, o governo a partir de uma postura defensiva nesta questão, tenta demarcar campos dizendo que aqueles que ousaram no passado pegar em armas contra a repressão oficial sangrenta daqueles anos, não será "concedida nenhum perdão".

Ora, não se trata de perdão, e neste sentido, nós enquanto jornal, não podemos nos negar a dar lugar em nossa páginas ao amplo movimento pela anistia que hoje se desenvolve. E por isto mesmo, por não se tratar de perdão ou esquecimento, tampouco podemos nos silenciar diante das denúncias que grassam pelo país contra os atos ilegais da repressão oficial. E também, por não se tratar de conciliação nacional, não podemos igualmente fechar os olhos diante da hipocrisia do governo

que diz condenar a violência do passado, enquanto se omite, convive e abre campo para o terror facista.

Assim, sentido dos atentados é claro: são atos defechados diretamente contra a liberdade de expressão e a luta pela anistia. E que portanto só são do interesse daqueles que hoje se postam contra tais bandeiras, dentre muitos outros, e numa medida e forma especial, o próprio governo.

Essa luta deve prosseguir. Não devemos nos intimidar diante da escalada desesperada do terror agindo do interesse de uma infima minoria ainda impune. Não cabem vacilações, nem mudanças de rota diante de uma suposta inoportunidade para tais bandeiras, uma vez que a hora seria de serenidade e moderação. Não, a hora é de exigir justiça a fundo, para que os passos da oposição no rumo da democracia sejam dados sobre terra firme, imunes portanto aos retrocessos inerentes a toda vitória fácil e prenhe de acomodação.

Prova da justeza de nossa conduta enquanto imprensa independente é a solidariedade que vimos recebendo em todos os níveis: personalidades e entidades democráticas, todos os setores da oposição popular, e até mesmo no Congresso Nacional, onde está em marcha a tentativa de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a onda do terror facista.

Somente o governo se cala. Ele e todos os grupos que o sustentam. A estes desafiamos com a verdade. Que os responsáveis sejam descobertos e julgados. O povo está enxergando claro na trama dos fatos. A omissão até agora já é suspeita de cumplicidade; e sua permanência será prova insofismável.

Convergência Socialista

A prisão de 23 membros da Convergência Socialista em São Paulo e no Rio de Janeiro, sem nenhum mandato judicial e totalmente arbitrária, provocou de imediato protestos em diversos setores sociais. Os estudantes paulistas entraram em greve e estão programadas várias manifestações ao lado da mobilização de um conjunto de outras identidades. A Convergência soltou uma nota em protesto, que em resumo é a seguinte:

"Ontem, dia 23, foram presos arbitrariamente, 23 pessoas em São Paulo e no Rio. Acusação? nenhuma. O que há de comum entre eles é que todos são socialistas, membros da Convergência Socialista, um movimento legal, amplo e democrático, de unidade, que objetivava a construção do partido socialista no Brasil hoje.

Ainda no domingo realizamos em São Paulo nossa I Convenção Nacional, com a participação de 300 delegados socialistas de oito estados do país, com a presença de líderes sindicais como Benedito e Marçilio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, o deputado federal pelo MDB J.G. de Araújo Jorge, e ainda seis candidatos emedebistas às eleições de 15 de novembro. Duas mil pessoas

participaram dessa Convenção, que foi anunciada por toda a imprensa de São Paulo.

Nesse momento, quando o governo fala em "aberturas políticas", reformas", "democracia", o que vemos é o outro lado do espelho. Prisões, ameaças, interrogatórios. A libertação dos companheiros socialistas hoje é uma tarefa de todos aqueles que lutam por uma democracia sem adjetivos e por uma sociedade justa, sem exploradores e explorados.

SOLTEM NOSSOS PRESOS! FIM DAS PRISÕES E TORTURAS ANISTIA TOTAL E IRRESTRITA!

Eis a lista dos presos da Convergência:

Hugo Miquel Bressano (argentino), Rita Luzia Strasberg (argentina), Antônio Maria Sá Leal (português), Ester Tenzer (americana), Mari José Costa Giraldi, Oscar Ikido Kudo, Justino Lemos Pinheiros, Hilda Machado, Maria Cristina Lalari, José Wermowicki, João Carlos Agostini, Edson Silva Coelho, Ana Maria de Moura Nogueira, Célia Regina Barbosa Ramos, Maria José Lourenço, Waldo Merlmeister, Bernardo Cerdeira, Maria Marta D'Angelo Crton, Maura Veiga, José Aziz Creton, Arnaldo Scheringer.

Nova matéria nas escolas : greve.

Em muitas escolas o ensino secundário no Estado de São Paulo, o pára casa dos alunos esta semana fugiu aos assuntos curriculares tradicionais. Sem recursos para mimeografar um comunicado aos pais, os professores passaram no quadro negro, para que os alunos copiassem, um pequeno texto: o movimento grevista por aumento salarial estava chegando à rede pública de ensino. No primeiro dia 30 mil professores paralisaram suas atividades, em cerca de 600 escolas. No segundo dia, a cifra subiu para 170 mil, em mil escolas, representando 30% da totalidade da categoria. Isso tudo coordenado por um Comando Geral da Greve. Como as paralisações recentes dos médicos, evidencia-se a pauperização crescente das camadas médias da população e a realidade de que o governo é um mau patrão.



da de professores do interior à Capital onde procuram o 10º andar do prédio nº 140 da Rua Barão de Itapetininga, sede da APEOESP. Desta forma, embora dispersas, todas as escolas em greve mantem contato entre si, e as manobras que visam instaurar confusão, são imediatamente rechaçadas.

Uma semelhança da greve operária que recentemente sacudiu São Paulo, os professores também assinam sua presença no livro de ponto da escola onde lecionam. Na falta destes, geralmente ocultados pela direção do estabelecimento, assinam papéis testemunhados por funcionários da escola. Em seguida, distribuem uma carta justificando a greve e solicitam a presença dos pais à escola para que possam discutir os pormenores do movimento. Em algumas escolas em que o número de cartas era reduzido, os professores a transcreveram na lousa para que os alunos pudessem copiar a resolvendo criativamente este obstáculo material.

De um modo geral, a relação entre os grevistas, os alunos, os pais dos alunos e a direção da escola, têm sido de apoio irrestrito, neutralidade ou, em raros casos, de hostilidade. Na Escola Caetano de Campos, da Capital, ameaçados de exonerção, os professores foram surpreendidos por uma greve decretada pelos alunos. Nas escolas de periferia, onde na maioria das vezes a frequência dos alunos é determinada sobretudo pela aquisição de merenda, esta tarefa está sendo realizada pela direção da escola ou por comissões de mães, que ao mesmo tempo em que evita a desnutrição dos alunos, respeta o movimento dos professores. E os pais, após lerem a carta e travarem discussões com os grevistas, imediatamente colocam-se francamente favoráveis.

Inúmeros problemas de organização surgiram logo após a decretação da greve, mas prontamente vão sendo solucionados. Por exemplo, era necessário definir ocupações e atividades aos professores enquanto perdurava a greve. A assembleia realizada segunda-feira, dia 21, no auditório da Câmara Municipal, deu o seguinte encaminhamento, que cada escola onde se realiza greve forme três comissões. A primeira encarrega-se de permanecer na escola, fazendo um levantamento minucioso das condições de ensino no local, e aproveita para esclarecer aos alunos e a seus pais. A segunda, deve estabelecer contato com a coordenação regional para informar e ser informada da greve. E a terceira, percorrer as escolas do bairro que ainda não paralisaram, para

tentar convencer os seus colegas, a aderirem ao movimento.

Os números da greve

Especificamente para o interior, o Comando Geral da Greve, entre outras coisas recomenda que, procurem apoio das Câmaras Municipais do local, entrem em contato com as igrejas, pois em São Paulo, algumas estão lendo a carta aberta nas missas, busquem o apoio da imprensa local, elejam um telefone para se comunicarem com a CGG, elejam representantes para as assembleias regionais e gerais, divulguem todo o material da CGG e, por último, formem fundo financeiro para garantia dos grevistas.

A presença policial nas escolas, geralmente solicitada pela direção, está sendo contornada na medida em que, os casos de prisão, não passaram de simples registros de ocorrências rotineiras. Nenhum professor está preso por fazer greve, e os eventuais abusos cometidos, são imediatamente relatados, não pela televisão ou rádio que estão proibidos, mas fartamente pela imprensa escrita.

Segundo a avaliação do CGG, o movimento já pode ser considerado vitorioso. Desde segunda-feira, início da greve, que as adesões vêm se dando de forma crescente. Os números, embora parciais, por que de difícil coleta dado a descentralização das unidades educacionais, vão sendo, pouco a pouco, levantados. No primeiro dia, sem contar paralisações que abrangiam apenas um ou dois turnos, 600 escolas da Grande São Paulo estavam em greve, significando aproximadamente 30 mil professores. Já no segundo dia, este número subiu para 100 escolas, que cotados com o número dos professores existentes - 160 mil da rede estadual e 10 mil da rede municipal - representam 30% da totalidade da categoria. Esta porcentagem teria sido maior caso o CGG não tivesse sofrido interrupção das comunicações através do emudecimento do seu telefone e do corte de energia elétrica. No terceiro dia a situação permaneceu inalterada, graças ao milagre da técnica que só permitiu enviar, mas não receber ligações telefônicas.

É opinião generalizada de que o movimento grevista dos professores, tanto quanto o dos médicos e dos funcionários do Hospital das Clínicas e do Servidor, reflete o verdadeiro milagre operado no Brasil: pauperização crescente das camadas médias, e formação de um Estado, que além de autoritário é sobretudo mau patrão.

(Carlos Savério)

PRISÕES

RUMOS EDITORIAIS

Nas suas duas últimas reuniões, realizadas em São Paulo nos dias 10/11 de junho e 20 de agosto, o Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte, discutiu e aprovou quatro Resoluções Editoriais para o jornal EM TEMPO, com vistas a concretizar seu projeto inicial à luz dos desdobramentos da conjuntura política. Eis os temas: a reorganização de novos partidos, a convocação de uma Assembléia Constituinte, as eleições parlamentares de 1978, e a Frente Nacional de Redemocratização. Aqui, a íntegra.



A reorganização de novos partidos

A articulação de novos partidos políticos com vistas à atuação no nível institucional ainda se dará nos quadros do regime autoritário. Já é certo que a ARENA e o MDB não sobreviverão às eleições de novembro e darão lugar a novas agremiações políticas. A rearticulação partidária já em curso é, a grosso modo, decorrente de dois fenômenos:

a) o atual sistema bipartidário já não satisfaz sequer às necessidades do próprio regime militar e de suas bases de sustentação sendo insuficiente como canal de manifestação dos projetos diferenciados das classes dominantes. E mais, para o regime, o bipartidarismo tornou-se uma faca de dois gumes, obrigando-o a enfrentar uma espécie de plebiscito a cada eleição que se realiza no País.

b) em parte ela é decorrente também do estágio a que já chegou a luta de classes no País, onde as camadas populares conquistam um maior espaço político, necessitando de canais de expressão mais definidos, capazes de contribuir com maior eficácia do que o MDB para a consecução dos seus objetivos políticos.

Estes dois fenômenos dão um caráter contraditório à reorganização partidária que se anuncia: de um lado ela ainda se dá de cima para baixo, isto é, nos quadros de inexistência de plena liberdade partidária capaz de favorecer

a organização de partidos autenticamente populares que representem um passo importante na organização independente dos trabalhadores. Mas, de outro lado, o novo espaço político criado, já permite uma certa articulação de baixo para cima, com avanços além dos limites que o regime militar tenta impor. Enfim, existem condições para se construir uma agremiação política que no plano institucional supere o MDB, cujas limitações são por demais conhecidas.

Assim, para o regime, a reorganização partidária representa uma tentativa de criar instrumentos que, no plano parlamentar, lhe dêem maior base de sustentação, aglutinando as forças que lhe são simpáticas, mas que hoje enfrentam a camisa de força do bipartidarismo. Já para a oposição, sobretudo para seus setores consequentes, a reorganização partidária pode representar um novo espaço que, mesmo limitado, venha a contribuir para o seu avanço tanto no plano político como no organizatório.

NOVOS PARTIDOS

Face à constatação de que o regime já definiu o seu projeto de reorganização partidária, procurando agora impô-lo ao conjunto da sociedade, o jornal se orientará nesta questão pela seguinte linha editorial:

1. Continuar defendendo firmemente a plena liberdade de organização

partidária, o que significa reivindicar o direito à legalização para todas as forças políticas (inclusive aquelas que foram pressionadas à clandestinidade), o direito de expressão partidária para todas as correntes de pensamento da sociedade, a organização de um partido dos trabalhadores etc.

2. Denunciar o projeto de reorganização partidária proposto pelo regime, por ser autoritário, profundamente limitado, e cujo objetivo é impedir a organização de baixo para cima das camadas populares. Pois o projeto do regime não é algo definitivo e o maior ou menor espaço que se possa conseguir está diretamente ligado à maneira pela qual as oposições se ponham ao projeto autoritário.

3. Criticar os setores que aceitam passivamente o projeto autoritário, ou que procuram modificá-lo apenas no secundário, mantendo seus critérios, como a exigência de 10% de deputados e senadores, 3% dos votos de 11 Estados etc.

4. Apesar disso, o jornal não deve propor uma postura abstencionista ante a rearticulação partidária. Se, por um lado, o grau relativamente atrasado das articulações em curso não permite definir já, com rigor, o espectro político e social das novas agremiações partidárias emergentes, por outro, o tipo de partido de oposição que se faz necessário neste período transitório de

fim de regime autoritário deve ter, no mínimo, garantidos os seguintes requisitos:

• ser um firme instrumento na luta pelo fim do regime autoritário. Isto é, ter como eixo tático de sua intervenção todas as bandeiras democráticas tais como a convocação de uma Assembléia Constituinte satisfeitos todos os seus pré-requisitos, anistia ampla geral e irrestrita, fim dos aparatos repressivos, punição dos responsáveis pelas torturas, eleições livres e diretas, livres organização partidária etc.

• assumir um caráter popular e de massas, no sentido de que as amplas camadas de trabalhadores encontrem na agremiação política um canal capaz de fazer valer seus interesses, podendo intervir significativamente nos seus rumos e assim, aproveitando-a para avançar na sua organização independente. Tal definição implica concluir que para este novo partido de oposição, muito mais importante que sua atuação no plano parlamentar será a organização das camadas populares e de suas lutas, subordinando a atuação parlamentar a estes objetivos.

• assumir muito mais um caráter de frente do que propriamente de partido, dado o fato da reorganização partidária se realizar ainda nos quadros de um regime autoritário, de inexistência de li-

berdade partidária, o que implica que este novo partido de oposição abrigará necessariamente correntes e pensamentos politicamente diferenciados, unificados em torno de objetivos comuns.

• garantir a existência de uma ampla democracia interna, como fundamental, em decorrência tanto de seu caráter de frente quanto de massas. A democracia interna é vital para assegurar a convivência e a expressão das correntes políticas diferenciadas e o poder de influência das camadas populares nos rumos da nova agremiação. E falar em democracia interna nos remete à reivindicação da existência de tendências e frações.

MOVIMENTO SOCIALISTA

Dentro do espectro político e social emergente na reorganização partidária em curso é possível detectar todo um conjunto de correntes e setores sociais que hoje, na luta pelas liberdades democráticas, já começam a levantar a questão do socialismo. Assim o espaço político aberto pela conjuntura vem permitindo desde já a combinação mais precisa das lutas pelas liberdades democráticas com a questão do socialismo e oferecendo oportunidade para uma relativa articulação dos socialistas.

Neste contexto o jornal adotará como ponto de sua linha editorial a ta-

refa de subsidiar o processo de articulação deste movimento socialista, contribuindo para o intercâmbio e debate entre todas as forças que se inscrevem nesta perspectiva.

• O movimento socialista é a aglutinação das diversas correntes e setores sociais que apontam o socialismo como solução para a sociedade brasileira. Isto é, que consideram que a questão agrária, a questão nacional, enfim as contradições geradas pelo modo de produção capitalista, somente serão solucionadas nos quadros de uma sociedade socialista, onde, sob um governo dos trabalhadores, os meios de produção sejam socializados. E que, além disso, ao mesmo tempo que apontam tal solução para os problemas do País, levantam hoje bandeiras que levam em consideração estes objetivos, privilegiando - no entanto - do ponto de vista imediato, a conquista das liberdades democráticas e o fim do regime autoritário, por entenderem que a democracia é de profundo interesse das camadas trabalhadoras.

Este movimento que hoje se articula nos diversos poros da sociedade, deve conquistar um espaço legal e parlamentar, quer se constituindo em força própria, quer atuando como fração no interior de uma agremiação oposicionista onde lute também por seus objetivos. Esta questão será resultado da correlação de forças alcançada, quando do desfecho institucional do processo de reorganização partidária em curso.

A convocação de uma assembléia constituinte

O tema da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte é dos mais importantes para as oposições. Nossa linha editorial sobre esta questão passa pelos seguintes pontos.

1) O jornal deve abordar a questão da Constituinte favoravelmente. A proposta de uma Constituinte é a resposta institucional, hoje, ao regime militar, pois ela sistematiza o conjunto das lutas por liberdades democráticas, dando-lhes um sentido, um objetivo político consequentemente. A proposta, além de se constituir numa alternativa concreta, ao nível da compreensão política de amplos setores sociais e adequada ao estado atual de relações de força, responde a uma necessidade das classes populares conquistarem o espaço político para seus organismos próprios, no plano legal.

2) O jornal deve defender claramente quais são as condições necessárias para que se efetive uma tal proposta, isto é, quais os requisitos mínimos para sua convocação:

• Ser antecedida de plena liberdade de manifestação, expressão e organiza-

ção política, partidária e sindical, no plano nacional e internacional, para todas as classes e camadas sociais exploradas e oprimidas.

• Ser antecedida pelo fim de toda a legislação de exceção, incluindo-se aí os Atos Institucionais a Lei de Segurança Nacional, decretos governamentais tais anti populares, a Constituição de 67 e sua emenda de 69, a legislação sindical etc. Ainda, ser antecedida pela decretação da anistia ampla, geral e irrestrita, e pela supressão dos aparelhos de terror e repressão da ditadura.

• Ser eleita com plena liberdade de campanha e mobilização política, inclusive, através dos meios de comunicação de massa, por meio do voto universal e direto, incluindo os analfabetos e os militares.

• A materialização da proposta de uma Constituinte passa necessariamente pela materialização de quem a convoca. Esta questão, obviamente, decide-se na própria relação de força, de poder de barganha, que as classes sociais estabelecem em cada conjuntura. Neste sentido criticaremos toda sai-

da elitista que tenda a negar ou escamotear os pré-requisitos enunciados.

O processo histórico, porém, independe de nossas aspirações subjetivas e será nossa capacidade maior ou menor de intervenção que definirá, em última instância, o caráter assumido pela proposta da Constituinte.

Neste sentido, ainda que de fundamental importância para nossa política editorial, o problema do caráter do governo que convocará a Assembléia Constituinte não é problema prioritário a ser definido. Do ponto de vista editorial, nosso papel é fundamental, subsidiar e defender a luta pela Constituinte estabelecida nos parâmetros estabelecidos pelos pré-requisitos enunciados, entendendo neles os pontos que interessam aos trabalhadores e demais setores explorados na conjuntura presente.

Na defesa destes pontos, no processo da luta democrática, é que os trabalhadores poderão se transformar em força predominante entre as classes populares na perspectiva da transformação social.

As eleições parlamentares de 1978

O processo eleitoral já em curso tem uma importância política mais significativa do que o pleito de 74. Basta registrar que as eleições se darão poucos meses depois de um movimento grevista, e em meio a uma campanha salarial de grande amplitude. Ou ainda, desta vez as eleições acontecerão já sob o signo de rearticulações partidárias ou frentistas.

Hoje, a dimensão do conflito entre os grupos dominantes ressoa até no interior dos quartéis, evidenciando a crise do próprio regime ditatorial.

Estas divergências que poderão constituir-se em alternativas orgânicas futuras para as classes dominantes, não retiram contudo o caráter plebiscitário das eleições de novembro. Ainda que o MDB já se diferencie melhor em vários locais, a eleição não perderá o caráter geral de julgamento do regime.

No campo popular, o ascenso do movimento de massas, cuja expressão

maior durante um bom período foi o movimento estudantil, vê-se a uma engrossado por outros setores sociais. A explosão das greves operárias é a ilustração desta constatação, principalmente pelo aspecto de retomada das lutas operárias no País e por seu significado político e econômico.

No plano parlamentar, mais precisamente nas campanhas para as eleições de novembro, isto aparece na forma de inúmeras alternativas programáticas e orgânicas nas principais regiões: tendências socialistas, frentes populares, candidaturas mais ideológicas alicerçadas em programas estruturados etc.

Este quadro exige uma definição do jornal. Nossa linha editorial se orientará da seguinte maneira:

1) Apoio e incentivo à participação no processo eleitoral em cima de objetivos concretos tais como:

• Defender a participação positiva no processo eleitoral, esclarecendo seu caráter plebiscitário e de derrota da di-

tadura que a vitória do MDB significará.

• Debater e esclarecer o significado das eleições, sua importância e seus limites. Criticar as correntes que defendem o voto nulo.

• Esclarecer e debater o significado da luta parlamentar, sua importância, sua combinação e não exclusão com outras formas de luta, bem como seus limites.

2) Divulgar e subsidiar todas as candidaturas e frentes orgânicas cujas plataformas se identifiquem com o projeto de EM TEMPO e suas Resoluções Editoriais, sem entretanto comprometer-se com candidaturas determinadas. Divulgar e debater as propostas de candidaturas democráticas e populares, seus programas, etc.

3) Subsidiar e contribuir para que o debate, a divulgação, as matérias e entrevistas com as mais variadas candidaturas ou frentes eleitorais a nível nacional estreitem seus contactos e divulguem suas experiências.

A frente nacional de redemocratização

A crise que se desenvolve no bloco do poder com o lançamento da candidatura Euler Bentes e a constituição da Frente Nacional de Redemocratização, vai muito além de disputas pessoais. Reflete a grave crise de legitimidade política do regime, determinada fundamentalmente pelas lutas das oposições contra o autoritarismo e, mais recentemente, pela entrada em cena dos trabalhadores.

Neste quadro, não podemos subestimar o conflito entre o governo e a Frente como algo que esteja fora dos interesses das classes populares,

desdenhando-o como mera expressão de briga palaciana. Assim, não podemos entender a continuidade do regime, da qual a candidatura Figueiredo e as reformas do governo são expressão, como idênticas à saída que se manifesta através da dissidência Euler-Magalhães.

Ter consciência do caráter elitista da Frente, de seu conteúdo de classe, de quem são seus componentes etc, não é razão para que se deixe de indagar sobre o significado objetivo que a Frente pode assumir na ampliação do espaço político sobre o qual os trabalhado-

res atuam.

A luta pela democracia pertence aos trabalhadores e não há porque temer que uma ou mais frações da burguesia se apossam eventualmente de alguma das bandeiras democráticas das oposições. Aos trabalhadores as bandeiras democráticas não interessam apenas como forma de se constituírem como classe hegemônica sobre o conjunto dos setores explorados da sociedade numa aliança para a transformação social. Interessam-lhes também que a luta por liberdades democráticas seja a luta pela construção desta hege-

monia política e ideológica, para a qual é indispensável a obtenção de espaço político de ação, pois, sem isto, não se faz o trabalho de organização de massas, de difusão ideológica, e não se constituem as bases da democracia que de fato interessa aos trabalhadores.

Não podemos ficar de costas para a Frente. Negá-la sectariamente se nos levará a não responder à conjuntura, como nos afastará de setores oposicionistas que pretendemos atingir, empurrando-os, inclusive, para o imobilismo ou para a aceitação das saídas elitistas.

Entendemos pois que o jornal deve assumir a seguinte linha editorial sobre a Frente:

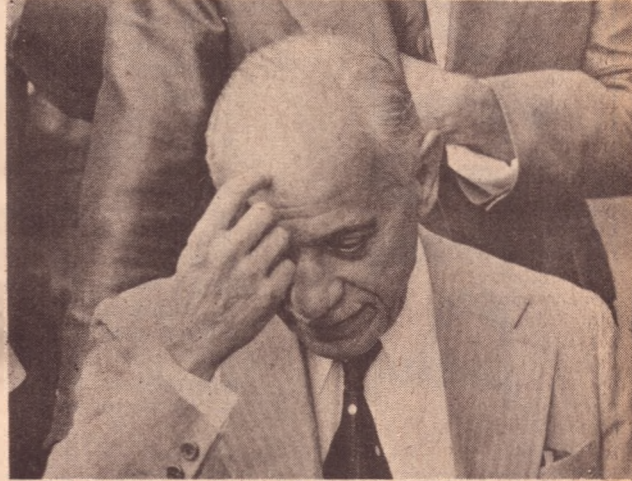
1) Centrar a nossa intervenção jornalística contra a saída Figueiredo e as reformas do governo. Desmascará-las, dando consequência ao cumprimento de nosso programa: transferência das decisões políticas para as massas, fim da opressão etc.

2) Centrar nossa crítica em relação à Frente Nacional de Redemocratização nos seus limites e não na sua existência enquanto tal, demonstrando quais são seus limites e o que seria o in-

teresse das classes populares em cada conjuntura. Cobrar coerência da Frente em relação ao próprio discurso que ela faz: "democracia já"; "fim do AI-5"; "eleições diretas e livres"; "Constituinte" etc.

3) Divulgar e subsidiar as lutas democráticas dos setores oposicionistas que evidenciem os limites da Frente no sentido de forçá-la a se radicalizar perante as reformas do governo, e cobrar coerência desta radicalização.

O importante para nós é distinguir precisamente quais as diferenças entre as saídas burguesas e como explorá-las em proveito dos interesses populares.



800 mil contra a carestia

O Movimento do Custo de Vida encerra mais uma etapa, exigindo o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Um dos membros da Coordenação, Marco Aurélio, analisa a trajetória da iniciativa.

Que ganhos o Movimento do Custo de Vida trouxe para os trabalhadores?

O MCV teve a grande virtude de aumentar o espaço das lutas dos trabalhadores, na medida em que começou a reunir um grande número de pessoas nos seus locais de trabalho, nos bairros e mesmo na cidade inteira e na medida em que várias pessoas começaram a vir para as ruas, passar abaixo assinado, fazer uma assembleia, fazer uma manifestação onde compareçam um grande número de trabalhadores. Isto serviu para aumentar o espaço para que o trabalhador possa desenvolver suas lutas.

Qual o tipo de relação que existe entre o MCV e as greves recentes por aumento salarial?

Não vejo nenhuma relação direta. Mas acho que o MCV criou algum espaço para a luta dos trabalhadores. Assim, ajudou, de alguma maneira a proporcionar o surgimento das lutas e das greves nas fábricas.

Você acha que o não atendimento às reivindicações pode implicar no esvaziamento do movimento?

Colocando a meta de conseguir um milhão de assinaturas como o objetivo em si do movimento, a gente corre realmente esse risco. Isto por que, o abaixo assinado, inicialmente, era um instrumento que tinha como finalidade propiciar a discussão do seu texto, a discussão das reivindicações, prá que a partir dessa discussão houvesse uma conscientização, uma organização. Na medida em que se transformou em objetivo conseguir a assinatura, e ser pega pura e simplesmente assinatura, e há uma limitação porque ninguém fica consciente porque está assinando. E há várias pessoas assinando, achando que apenas com a assinatura vai conseguir alguma coisa. Realmente corre-se o risco da frustração, porque não houve uma discussão do texto, não houve uma discussão do abaixo-assinado, não houve uma discussão do que realmente se iria conseguir com esse abaixo assinado.

Faça um balanço da evolução, de como se organizou o Movimento do Custo de Vida.

No MCV, inicialmente participaram grupos de mães e entidades de base da Igreja e que resultou numa assembleia realizada em 1976. Em 1977, teve início a reorganização do MCV. Procurou-se rearticular as várias entidades, os vários grupos de base que tinham participado do movimento de 1976. Nesta fase foram feitas algumas reuniões para definir com quais objetivos se reorganizará o movimento. O primeiro seria encaminhar uma reivindicação específica por melhores condições de vida. E, através disso procurar, com o movimento, conscientizar o povo prá organizá-lo, mobilizá-lo, a fim de participar deste movimento e de outros que tem, bem definidos ou tivessem por objetivo a defesa dos interesses dos trabalhadores - principal-

mente dos moradores da periferia, já que este inicialmente é um movimento de bairro, e um movimento mais voltado para a participação e organização das pessoas nos seus locais de moradia.

Houve uma mudança qualitativa nas propostas do movimento?

Na fase em que foram definidos os objetivos do movimento ficou estabelecido que algumas tarefas deveriam ser encaminhadas para alcançar principalmente os objetivos de organização e conscientização. Dentre essas tarefas se colocou a de um abaixo assinado a ser encaminhado às autoridades competentes, reivindicando o abono salarial. Esse abaixo assinado tinha como função ser o instrumento da mobilização, da organização, da conscientização. Foi definido que seria um abaixo assinado com determinado texto para ser discutido e o debate deste texto deveria permitir atingir aqueles objetivos. Além do abaixo assinado foi definido que se deveria fazer boletins ou jornais, possivelmente fazer assembleias e na medida do andamento do próprio movimento, do encaminhamento do movimento se definissem outras tarefas para atingir esses objetivos. O abaixo assinado foi um instrumento altamente mobilizador. Mas, na minha opinião acabou sendo um objetivo em si, como já disse, quando se colocou como principal objetivo conseguir um milhão de assinaturas. Ao invés de ver o abaixo assinado como instrumento para a mobilização, para organização, transformou-se o objetivo do movimento em uma coleta de assinaturas. Isto, na minha opinião, foi um desvirtuamento dos objetivos do movimento que desde o início deveria ter sido o de organizar, conscientizar e fazer com que houvesse maior participação.

Apesar disto o movimento teve seus avanços. Eu acho que houve muitos ganhos porque o movimento realmente conseguiu uma mobilização muito grande. O saldo organizativo desta mobilização acho que vai aparecer depois da entrega do abaixo assinado. Realmente ele se transformou num movimento que trouxe para as ruas uma das reivindicações da classe trabalhadora e jogou realmente a questão do custo de vida, a questão dos baixos salários nas ruas e deu uma ampla divulgação que serviu como uma dupla denúncia desta situação. O movimento não incorporou novas reivindicações.

Por outro lado tem um problema sério dentro do movimento, dentro da coordenação do movimento. Quando se discute o caráter político dele, quando se coloca em discussão se o MCV é um movimento político, há sérias resistências em defini-lo como tal. Principalmente, há sérias resistências em definir se este é um movimento de oposição ou não. Então, há um brechamento da disposição política dentro do movimento. Não se pode na minha opinião,

O Secretário de Segurança Pública de São Paulo, coronel Enio Viegas, proibiu na última quarta-feira, o ato público que o Movimento do Custo de Vida pretendia levar na praça da Sé, neste domingo, bem no centro da cidade. Em nota oficial, o coronel alertou a população "para que se abstenha de participar de reuniões públicas não religiosas em locais não permitidos e por isso mesmo consideradas proibidas, sujeitando-se os transgressores às sanções legais".

A Coordenação do MCV, esteve no Palácio Bandeirantes tentando falar

com o governador Paulo Egídio, na tarde de quinta-feira. Mas não conseguiu ser recebido. Primeiro, Egídio confirmou sua decisão e mandou o pessoal se dirigir ao DOPS. Depois, afrouxou e disse que a responsabilidade era da Secretaria de Segurança. Os membros da coordenação ficaram esperando por ele. O chefe da casa civil, Afrânio de Oliveira, saiu escondido pra não ser visto. Quando foi ficando tarde, a imprensa conseguiu entrar e o governador mandou dizer que já tinha dado a resposta final.

A coordenação do MCV deliberou

realizar a manifestação assim mesmo, dentro da Igreja da Sé.

Neste ato público, o MCV pretendia encerrar sua investida de maior vulto - a entrega às autoridades de um abaixo assinado com mais de 800 mil assinaturas. São três as reivindicações básicas: congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento dos salários acima do custo de vida, e aumento salarial imediato e sem desconto, para todos os trabalhadores.

O movimento vem se desenvolvendo há quase cinco anos, nos bairros populares de São Paulo. Funciona com uma

coordenação de representantes de entidades de base, associações de bairro, organismos da igreja, diretórios do MDB e entidades estudantis, não só da capital paulista, mas de toda a região metropolitana.

Para fazer um balanço, discutir as contribuições positivas e os impasses do movimento do custo de vida, EM TEMPO entrevistou um dos participantes da coordenação, o representante do Diretório do MDB da Bela Vista e candidato a deputado estadual, Marco Aurélio Ribeiro.

levar um movimento como esse apenas no campo da reivindicação econômica. Eu acho que tem que passar prá luta política.

Acho que a grande falha do movimento é não passar para a discussão política. É isso vem sendo impedido pela própria coordenação que não vê a necessidade ou a vantagem de passar para a discussão política, o que é questionado, inclusive, nas próprias bases do movimento. Quando a gente participa de reuniões de base e se começa a discutir o MCV e se começa a debater a questão do salário, a questão da alta do custo de vida, geralmente se passa desta discussão para uma discussão política. A direção do movimento procura segurar isso.

Como está a polêmica sobre a participação dos sindicatos e oposições sindicais?

Desde o início da reorganização do movimento, quando se colocava a possibilidade de participação de uma determinada categoria profissional surgia uma questão. Quem participa é a direção do sindicato, a atual diretoria? Se a diretoria é pelega não tem interesse em levar a luta do MCV. Então quem participa é a oposição? Mas dentro da oposição existem várias tendências e qual destas tendências deveria participar, já que a maior parte das oposições não tem uma organização que permita

a escolha de um representante de toda a oposição?

Esta polêmica até hoje não teve solução. É ao que parece uma das poucas oposições que estaria em condições de indicar um representante seria a oposição metalúrgica de São Paulo, que foi uma das que ficou, após as eleições com um mínimo de organização que permita a escolha de um representante. As oposições não participam do MCV em primeiro lugar, porque havia anteriormente esse impedimento à sua participação, esse questionamento a respeito de quem deveria participar. E, em segundo lugar, porque em várias oposições havia discussão e críticas à forma de encaminhamento do MCV. Então, não é só porque o MCV criou empecilhos à participação da oposição, mas também porque haviam divergências dentro das oposições quando ao encaminhamento do MCV, achando que ele tinha que ser um movimento de reivindicações de classe, levar principalmente uma discussão política, o que não vinha sendo e não vem sendo feito até hoje dentro do movimento.

A reivindicação por abono salarial feita pelo MCV poderá obter os mesmos resultados conseguidos pelos recentes movimentos grevistas?



Idéias para uma frente de oposição

Um artigo de Rosalice Fernandes, escrito pouco antes de sair da prisão(*)

A democratização exigida pelos trabalhadores não virá pelas mãos dos generais, banqueiros, industriais e golpistas arrependidos, ou liberais tolerantes. O povo não venderá sua alma ao diabo da exploração e terá que conquistar a democracia a seu modo.

A Conjuntura nacional é de mudanças. Está marcada pelo ascenso dos movimentos de massa, ainda que um tanto espontâneos e dispersos; e pelas iniciativas burguesas. E esse crescimento das lutas sociais e políticas é fundamentalmente contraditório com a continuidade do regime militar, evidenciando a crise que leva os setores dominantes a buscar novas alternativas que os mantenham no poder.

As classes dominantes que deram o golpe militar de 64, que sustentam o regime repressivo e dele tiram proveito, intensificando a exploração econômica dos trabalhadores e do povo em geral, estão hoje manifestando suas contradições. Agravam-se as lutas dos diversos grupos e setores da burguesia pela "divisão do bolo", com fim do "milagre econômico". Até mesmo conhecidos golpistas não aceitam mais a onipotência dos generais e tecnocratas, e querem fazer valer seu poder econômico através do jogo político mais aberto. Os próprios militares estão divididos, e lutam abertamente entre si, como bem o demonstra o episódio da demissão do Ministro do Exército e atual resistência à aceitação do general "candidato" à presidência da república.

Como satisfazer o apetite dos tubarões?

O centro principal desta crise está na briga entre setores da classe dominante, que evoluiu ao ponto de questionar a continuidade do regime militar, porque nos limites dele já não consegue resolver suas contradições. É impossível satisfazer o apetite de todos os tubarões nesta situação econômico-financeira instável - inflação, espiral da dívida externa, etc. Neste contexto vários setores burgueses (Magalhães, Severo, Bardella, Einar Koy, Villares, etc) preferem a luta aberta pela "divisão do bolo", dispensando o arbítrio dos generais e dos burocratas. Isto é, eles mesmos querem fazer valer o seu entendimento de distribuição da renda nacional gerada pelo trabalho dos operários e dos camponeses. Como as próprias elites tecnocratas e militares também estão divididas, não há solução para a crise política e institucional, sem a participação

popular. Cientes disso, setores e frações da burguesia apelam para o povo, levantando bandeiras de "reformas" - Geisel, Golberri, Figueiredo, Portela, ou de "redemocratização" - Magalhães, Severo, Euler - ainda que ontem mesmo tenham sido responsáveis pela repressão às lutas populares.

A tendência atual é de ampliar e de intensificar a luta da oposição popular ao regime militar. A tendência dessas lutas é crescer, até deslocar o eixo da vida política nacional das divergências internas da classe dominante para as lutas dos explorados e oprimidos pelo fim do regime militar e seus sustentáculos. Ainda não chegamos a esse ponto, mas marchamos para ele. E o que nos demonstra o avanço progressivo e hoje crescente da luta dos operários (as greves em São Paulo), dos posseiros (no interior de vários Estados), dos estudantes, dos intelectuais, dos profissionais, e as lutas unitárias de vários setores sociais contra o alto custo de vida, pela anistia etc.

No momento numa fase de transição. De um lado, as elites burguesas não conseguem resolver suas contradições e procuram apoio nas massas populares através de eleições da frente de Redemocratização, utilizando de políticos liberais, ainda dentro dos limites do regime militar. De outro lado as massas populares avançam em suas lutas sociais e políticas, mas ainda não conseguiram formular uma alternativa independente das propostas pela facção burguesa.

A questão principal neste momento para os setores mais combativos das classes trabalhadoras e seus aliados mais próximos é justamente elaborar e encaminhar uma alternativa que represente a união de seus interesses, capaz de fortalecer suas organizações e orientar politicamente suas lutas no sentido de por fim à ditadura militar, democratizar o país, criando melhores condições para novas conquistas sociais.

A alternativa democrática

Mesmo que esta alternativa ainda se dê dentro dos marcos do capitalismo, interessa à classe operária, ao camponês, às camadas médias urbanas e ao povo em geral. Inte-



ressa aos trabalhadores e seus aliados porque representa maiores possibilidades para se organizar, educar, mobilizar e lutar pelos seus interesses, criando melhores condições para forjar e ampliar um bloco unificado dos explorados e oprimidos numa perspectiva socialista.

A democratização exigida pelos trabalhadores não se confunde com as "redemocratizações" ou "reformas" do regime, apresentadas como alternativas dos dominadores. Não será pelas mãos dos generais, banqueiros, industriais e golpistas arrependidos ou liberais tolerantes que teremos uma democratização consequente. O povo não venderá sua alma ao diabo da exploração e opressão.

O povo terá que conquistar a democracia a seu modo: organizando as comissões de fábrica e os movimentos de oposição sindical, forçando a democratização dos sindicatos contra a vontade dos pelegos; fazendo greves por aumento de salários e por melhores condições de trabalho e de vida, rompendo na prática as leis anti-greve e a política do arrocho salarial; organizando e participando do movimento contra as altas do custo de vida; participando das comissões

pela melhoria dos transportes coletivos; das associações de bairro e das atividades sociais comunitárias; lutando pela posse e condições de cultivo da terra, e pelo respeito aos direitos trabalhistas no campo, criando e ativando diretórios estudantis, associações, movimentos contra a censura, contra a discriminação racial, pela igualdade de direitos das mulheres, etc, e as iniciativas unitárias destes mais diversos setores sociais; enfim, opondo cada vez mais resistência coletiva às investidas da ditadura militar.

Participação nas eleições consentidas

Porém, essas lutas travadas isoladamente, por mais árduas que sejam, não conseguem força suficiente para por fim ao regime militar e realizar a democratização do país.

Surge a necessidade de um movimento de oposição popular ao regime, que coordene essas lutas e agregue as lideranças e as massas populares. Unidos, democraticamente, se fortalecerá o conjunto das entidades, organizações e movimentos de base, e se constituirá em uma força política autenticamente popular para orientar e dirigir as lutas do nosso povo.

Os objetivos desse movimento ou frente, não se esgotarão com o fim da ditadura militar, na medida em que os interesses das massas operárias e populares vão mais adiante, exigindo um aprofundamento no processo de democratização e um avanço na luta pelo socialismo.

As eleições estão se dando dentro dos marcos consentidos pelo regime militar. Não são eleições democráticas, quando estão nos cárceres políticos, no exílio e banidos, milhares de brasileiros que lutam contra o regime militar, e não é permitida a livre organização e participação de partidos dos trabalhadores e dos seus aliados.

Mas ainda assim se deve participar, aproveitando as brechas e alargando as possibilidades de propaganda e mobilização, no sentido de elevar o nível de consciência e de organização das massas

de explorados e oprimidos.

A participação no processo eleitoral pode servir e atender a esses objetivos - mesmo àqueles que votam nulo, mas que na prática atuam no sentido de organizar e conscientizar as massas populares - por isso mesmo o mais importante nesse processo não é a eleição deste ou daquele candidato, ou a participação no parlamento castrado e diminuído de sua representatividade.

Se o candidato for eleito, o centro de sua atuação não será o parlamento, mas sim a luta pela criação, ampliação e fortalecimento das organizações e movimentos das massas populares; procurando organizar politicamente, de baixo para cima, a frente de oposição à ditadura militar e pela democratização, com a qual está comprometido.

Neste sentido a defesa da liberdade de organização partidária não comporta transigência com a propalada "reforma partidária", que não passa de um novo realinhamento da oposição liberal-burguesa, não obstante a possível ampliação da faixa de atuação e pressão parlamentar. Essa reforma não deixa margem para ilusão de que será possível formar um partido legal que represente os interesses dos trabalhadores e demais forças populares. Nestas circunstâncias as massas trabalhadoras e suas lideranças neles conseguirão maior ou menor expressão e representação, em função de sua capacidade de luta, independente de qualquer comprometimento com perspectivas burguesas e suas práticas manobristas.

Um programa e uma frente

A unidade das mais diversas classes e camadas sociais que constituem a grande massa de explorados e oprimidos se dará em torno das bandeiras políticas mais gerais, sem prejuízo das lutas e reivindicações específicas, que também serão encampadas. Podemos resumir o Programa dessa Frente em três pontos básicos: fim da ditadura militar; democratização pela base, através da organização e mobilização das massas populares; difundir a ideia do socialismo como conquista das massas operárias e trabalhadoras.

Na atual conjuntura de mudança, na

qual as conquistas de liberdades democráticas devem partir da iniciativa das próprias massas, é importante concentrarmos os esforços numa linha de ação que fortaleça e dê outra dimensão aos movimentos de base popular, merecendo pois prioridade: promover a organização das Comissões de Fábrica e o fortalecimento dos movimentos de Oposição Sindical - bases de um sindicalismo independente, democrático e livre; fortalecer o movimento comunitário dos bairros populares e favelas, dando-lhe uma maior coordenação; dar dimensão popular e nacional à campanha pela Anistia ampla, geral e irrestrita, mobilizando para isso as grandes massas populares; contribuir para a criação e avanço das entidades estudantis, dos intelectuais, profissionais liberais e outros setores populares; defender e apoiar as lutas dos posseiros e dos trabalhadores agrícolas (boias frias e outros assalariados); denunciar a tortura, as arbitrariedades policiais, as prisões ilegais, todos os atos e leis de exceção, os desmandos governamentais, etc.

Naturalmente que todas as frentes de luta convergem para os objetivos centrais da frente: fim da ditadura militar/democratização de baixo para cima/socialismo, que deverão estar presentes em toda sua linha de atuação.

Ampla, aberta e popular, essa Frente, não é um partido socialista ou trabalhista, nem se confunde com as propostas cupulistas que tendem a repetir erros do passado. Com a participação dos operários, estudantes, intelectuais, professores, camponeses, assalariados agrícolas e urbanos, funcionários, etc, se constituirá numa verdadeira frente de explorados e oprimidos contra a ditadura militar, pela democratização de baixo para cima, e pelo socialismo.

(*) Suplente de deputado pelo MDB fluminense, Rosalice Fernandes, acaba de sair do presidio Talavera Bruce, onde cumpria pena resultante de um processo de Lei de Segurança Nacional, no qual era acusada de "subversão" e "de estar indispondo os metalúrgicos de Volta Redonda contra o governo". Na época ela dirigiu o departamento trabalhista do Diretório do MDB de Volta Redonda.

Apesar da irritação do Ministro Calmon de Sá, e do intrigante silêncio do Palácio do Planalto, o deputado João Cunha (MDB-SP) continua recolhendo mais elementos para fundamentar seu pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI -, destinada a apurar irregularidades ocorridas no Pólo Petroquímico de Camaçari. Tudo começou na última segunda-feira, dia 21, com um discurso do parlamentar, baseado em reportagem de EM TEMPO nº 25. Cunha reivindica uma devassa para apurar a trama multinacional no setor da petroquímica.

A DEVASSA

O plenário estava praticamente vazio, como sempre ocorre segundas-feiras, mas o discurso de deputado João Cunha (MDB-SP) iria logo depois - atrair a atenção de todo o Congresso Nacional e encher de preocupação diferentes áreas governamentais, especialmente aquelas envolvidas na trama.

Baseando-se na reportagem editada no último número de EM TEMPO - "A quem serve a Petrobrás?", págs. 5 a 8 - com provas documentais, João Cunha apresentou graves denúncias sobre o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia (onde estão sendo aplicados cerca de três bilhões de dólares).

"Camaçari está a serviço de interesses estrangeiros do setor petroquímico, que vêm sendo beneficiados com financiamentos oficiais, a revelia da lei e dos reais interesses da Nação" - disse Cunha. E anunciou que irá requerer uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para tratar do assunto.

Quem é quem

Depois, o deputado deu os nomes dos figurões implicados no caso: empresário Ralph Rosenberg (tido como o maior acionista - pessoa física - da Petrobrás); Ministro Shigeaki Ueki (ex-diretor e acionista da Cevekel S/A Indústria e Comércio de Produtos Químicos), governador Paulo Egdio Martins (também ex-

diretor e acionista da Cevekel), marechal-reformado Ademear de Queiroz (ex-presidente da Petrobrás), Luiz Marcelo Moreira de Azevedo (atual presidente da Centrais Elétricas de São Paulo - CESP, também integrante do grupo Rosenberg), general Gobery do Couto e Silva (ex-presidente da Dow Química que, através de uma subsidiária, primeiro se associou e depois incorporou uma empresa do grupo Rosenberg no setor petroquímico) e general Ernesto Geisel (ex-presidente da Petrobrás, que "teria cedido as pretensões do mesmo grupo encabeçado por Ralph Rosenberg").

O grupo Rosenberg, explicou João Cunha, participa no Pólo de Camaçari com três empresas: a Estreco do Nordeste, a Oxiteno Nordeste e a Polipropileno. A participação do grupo seria em 1/3 do capital dessas empresas, outro terço pertencendo à Petrobrás, através da Petroquisa, que é presidida por Bernardo Geisel Filho, enquanto que o terço restante pertence a empresas multinacionais.

Outros trechos do discurso de Cunha: - a Petrobrás, mercê da atuação governamental, está comprometida em setores importantes e decisivos para a economia nacional, correndo o risco de se ver totalmente solapada pela impetuosa indústria estrangeira; - Ralph Rosenberg é um nome que, de longa data, está liga-

do ao processo de comprometimento da Petrobrás; é testa-de-ferro de interesses multinacionais, aparecendo na história da Petrobrás desde o início da década de 50 e cuja ação predatória já foi denunciada pelo então general Poppe de Figueiredo.

CPI para a devassa

Agora as denúncias, o fato que mais passou a preocupar os envolvidos foi o requerimento de CPI anunciado por João Cunha. O deputado defendeu a necessidade de se "criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação do pólo petroquímico". Nesse sentido, serão feitas convocações para que todos os nomes mencionados, mais o Ministro da Indústria e Comércio, Calmon de Sá, compareçam para prestar depoimentos na Câmara.

No dia seguinte, o porta-voz da Presidência da República, coronel Rubens Ludwig, declarou que "um governo responsável naturalmente sempre se preocupa com esse tipo de denúncias", e deu a entender que os fatos serão apurados, já que o Ministro Calmon de Sá, irritado, qualificou a atitude de Cunha como "algo descabido, sem pé nem cabeça" (ver matéria abaixo).

Além disso, ao menos até a madrugada de sexta-feira última,

quando do fechamento desta edição, não havia notícia de qualquer pronunciamento do Palácio do Planalto sobre a questão.

Em meios empresariais, comentava-se que o general Gobery de Couto e Silva, chefe da Casa Civil de Geisel, teria recomendado silêncio a seus amigos ligados ao problema.

Entretanto, acreditava-se que - dada a grande repercussão das denúncias - deverá surgir uma palavra oficial próxima semana, pois "não há como resistir a tantos comentários".

Na quarta-feira, em Brasília, corriam rumores de que o Planalto estaria disposto a processar João Cunha por "calúnia, difamação e falsidade ideológica". Respondendo a hipótese, a Convenção Nacional do MDB, realizada naquele dia, aprovou uma moção de solidariedade ao deputado, a qual - para efeitos legais - será registrada no Tribunal Superior Eleitoral.

No Rio de Janeiro, ao inteirar-se da reportagem de EM TEMPO e do discurso de Cunha, o marechal-reformado Poppe Figueiredo, autor de um livro que descreve e ataca a penetração das multinacionais no setor petroquímico brasileiro, declarou: "Pelo que estou vendo, as multinacionais não desistiram de seu intento (...)"



PETROLEIROS TAMBÉM QUEREM UMA CPI

A contratação de empreiteiras provoca (entre outras coisas) demissões e rebaixamento salarial na Petrobrás. Para apurar estes fatos, os petroleiros vão reivindicar uma CPI.

Um requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar o sistema de contratação de empreiteiras por parte da Petrobrás, deverá ser encaminhado em breve ao Congresso Nacional. A ideia foi aprovada durante a I Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais do Petróleo e Petroquímica, dia 13 de julho último, em Salvador, tendo por base uma exposição de motivos (Tese nº 2) apresentada pelo Raimundo Gomes Filho, presidente do Sindicato de Petroleiros do Pará.

Rebaixamento salarial e demissões

Antonio Bispo, presidente do Sindicato de Alagoas e Sergipe, em aparte, "observou que isto ocorre também em sua região só que em menor proporção". Jacó Bittar, de Campinas-Paulínia, disse que "os trabalhadores de sua área também sentem o problema e que a proposta não é para o âmbito administrativo, pois melhor seria levantar a bandeira contra os empreiteiros que não cumprem a legislação, nivelando salários por baixo".

Pedro Sampaio, de Cubatão, leu uma circular na Diretoria de Planejamento da Administração da Copene e da Polialden (José de Sá Neto), e do Banco Econômico - que detém 1/3 das ações da Polialden - , como é o caso dos srs. Inocêncio M. de Goes Calmon e Francisco de Sá Araújo (superintendente do Banco Econômico).

Na ata do encontro estão registrados os momentos principais do debate em torno do assunto.

"Após a leitura da Tese nº 2, o companheiro Gomes Filho comentou que talvez seja esta (fim da contratação de empreiteiras) uma reivindicação administrativa não sentida nas regiões onde há facilidade de mão-de-obra; na sua área (Pará) o emprego é escasso, as demissões são aflitivas". Explica-se: os contratos entre a Petrobrás e as empreiteiras estão provocando demis-

João Carlos Araújo: "Querem retirar nosso poder de barganhar"

Da parte dos trabalhadores, os principais prejudicados pelos rumos que vêm tomando os negócios, também começam a surgir denúncias sobre a atuação da Petrobrás e Petroquisa.

Há poucas semanas de divulgação, o Decreto-lei que restringiu o direito de greve em certas atividades consideradas "de segurança nacional" deverá sofrer um primeiro confronto com os sindicatos. Razão: dia 21 encerrou o prazo dado pelos sindicatos do petróleo e da petroquímica - cerca de 48 mil trabalhadores - , sem que as empresas tenham se pronunciado sobre o assunto.

O secretário-geral do Sindicato Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, João Carlos Araújo, anunciou que "diante da resistência da Petroquisa e suas subsidiárias em negociar um aumento de 50 por cento mais uma bonificação fixa de Cr\$500, a partir de setembro, os sindicatos da categoria realizaram uma reunião, em Santos, para analisar os próximos passos a serem dados pela categoria".

Tomando como referência a experiência dos trabalhadores de San-

Denúncia do Pará

Segundo a Tese nº 2, apresentada durante a Iª CONFERENCIA Nacional dos Dirigentes Sindicais de Petróleo e Petroquímica, a Petrobrás/Denor, de janeiro a junho deste ano, "dispensou 53 empregados sem estabilidade e 10 empregados estáveis, por acordo mútuo. Demissões que são feitas continuamente e de paralelo a Petrobrás contrata empresas para prestação de serviços que antes eram feitos por seus próprios empregados". São contratadas empresas como: Neimar - Serviços de Hotelaria Marítima; Serviços Gerais Ltda (limpeza e conservação); Auto Locadora Belauto Ltda.

A contratação dos serviços dessas empresas por parte da Petrobrás "deixa o trabalhador marginalizado do alcance social atingido pelo Sistema Petrobrás pois se há lucro, na remuneração do capital estatal, este não vai ser distribuído entre aquela força obreira que deu sua parcela de contribuição ao evento, pelo menos no que diz respeito a salário, a participação nos lucros e assistência social", denuncia o documento. Dessa forma a Petrobrás realiza o "descumprimento do art. 80 do Estatuto da Petrobrás Brasileiro S/A, aprovado pelo Decreto 65.690 de 12 de novembro de 1960", que determina que a empresa deve destinar uma parcela dos seus lucros para ser distribuída entre os empregados da Petrobrás.

Capitalismo amarrado

Assim, o país se amarra na tecnologia estrangeira, não patrocina a geração de tecnologia própria e prejudica a produção nacional de máquinas e equipamentos (quem "cede" a tecnologia já manda o fornecedor no mesmo pacote).

Em meio Calmon de Sá, insiste em afirmar que "pela primeira vez no País, empresas estrangeiras concordam em cedr gratuitamente a alguns projetos". O que demonstra que o critério de "gratuito" do ministro é bastante relativo. A não ser que se considere que entregar ações com direito ao voto, em troca da tecnologia, não constitui uma forma de pagamento.

José de Araújo e Vera Dick dizem que "o nacional" em questão não diz respeito ao Brasil. Afinal, qualquer um sabe que o fim das mamatas em países como o nosso comprometerá o desenvolvimento nacional do Japão, Estados Unidos e de outros países produtores capitalistas. Este ministro Calmon de Sá é um grande internacionalista, devem dizer os ócios estrangeiros da Petrobrás. E eles sabem o que falam... (M. M.)

Poder de Barganha

Quando do fechamento desta edição, não havia notícia de qualquer pronunciamento do Palácio do Planalto sobre a questão.

PUBLICAÇÃO DIPLAN

Nº 02/78

O Grupo DU PET, fornecedor da CTE (fluido antidetonante à base de octano tetra-etilado), como parte de seus serviços de assistência técnica e por recomendação do DEPIP, está dirigindo um projeto com objetivo de aprimorar a atividade de manutenção da RPB.

Uma etapa importante do projeto é o levantamento da utilização de mão-de-obra de manutenção pelo técnico estatístico de OBSERVATÓRIOS INDUSTRIAIS ora em execução pelas UNLIX/UNILIX da nossa Refinaria desde 1/3/03/76. Este método é absolutamente imparcial e pretende obter números globais de aproveitamento da força de trabalho, sem como identificar os fatores obstaculados para seu melhor desempenho.

Desta verdadeira "auditoria de manutenção", participa a equipe de órgão especializado da DU PET dos S.U.A., empregando como dados básicos os resultados do levantamento das observações instantâneas e outras informações fornecidas pelos órgãos de Refinaria: cursos e estatísticas de paradas, trabalhos específicos, oitinos, alarmes, organização, métodos de trabalhos, rotinas e demais aspectos ligados à atividade em questão.

A conclusão do projeto deverá ocorrer durante o segundo semestre deste ano, após a nova visita à RPB do assessor americano que coordena os trabalhos.

A circular da Diplan da Petrobrás, citada por Pedro Sampaio - de Cubatão. Anuncia-se a contratação da empresa Du-Pont.

Esta situação se revela mais claramente no exemplo de três empresas petroquímicas instaladas no pólo de Camaçari: Polipropileno S.A.; Estireno do Norte S.A.; Oxiteno Nordeste S.A. (Ver reportagem do nº25 de EM TEMPO).

As empreiteiras

João Carlos ressalta algumas denúncias feitas no encontro nacional dos petroquímicos sobre a crescente substituição de empregados da Petrobrás por empresas particulares prestadoras de serviços.

Aparentemente, a tendência à privatização da empresa estatal nº 2 manifesta apenas no tipo de gestão empresarial que vem sendo desenvolvida, destinada à acumulação de excedentes e às aplicações mais rentáveis (e não necessariamente produtivas). Ela aparece também nas relações entre a empresa e seus empregados, que possuindo estabilidade no emprego ou não, estão sendo substituídos por mão-de-obra mais barata das empreiteiras privadas.

Em Camaçari, na Bahia, um grande número de empresas estão enquadradas como coligadas, chamado esquema do "terço", teoricamente criado para equilibrar a participação da empresa estatal, nacional e estrangeira, encobre, na verdade, o predomínio de capitais externos. A razão é simples: o terço considerado nacional, ou seja, os 33 por cento de capital que representam a empresa nacional, de fato, também é estrangeiro ou está a ele subordinado.

No Norte do país, afirma o dirigente sindical, "o Denor - unidade

Campanha salarial tem greve de fome e "Operação amnésia"



No Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, a assembleia dos petroleiros de Cubatão. Lá fora, um violento aparato repressivo. (Foto: Araújo Alcântara)

"Isso já não me orgulha. Quero é 20% de aumento" - palavras de Décio Alonso, trabalhador da Petrobrás há mais de 20 anos, ao abdicar de seus diplomas por "serviços prestados".

Campanha salarial

Noite de segunda-feira, dia 21 passado, em Santos: cerca de 1.500 petroleiros da refinaria Presidente Bernardes, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos para dar o passo seguinte na sua luta por aumento salarial de 20% (a contar de 1º de maio). Lá fora, um extensivo aparato, formado por agentes do DEOPS, da polícia do exército, além de 300 soldados da PM armados de metralhadoras, fuzis, bombas de gás e de efeito moral.

O petroleiro Décio Alonso vai ao microfone, emocionado, chorando. Levanta as mãos e exhibe para a plateia dois diplomas que recebera da Petrobrás, um por 10 e outro por 20 anos de serviço na empresa: "Isso já não me orgulha. E por isso estou devolvendo. Quero é 20% de aumento" - exclama ele, sendo aplaudido fortemente. E seu gesto se transforma num ato coletivo. Agora todos os petroleiros de Cubatão (e também de Campinas e Paulínia) estão devolvendo os diplomas recebidos da Petrobrás, a exemplo de Décio Alonso.

Formas de luta

Além desta, surgiram outras formas de luta na atual campanha salarial da categoria: os trabalhadores deliberaram não participar de cursos e concursos patrocinados pela empresa; não fazer horas extras aos sábados, domingos e feriados; costurar uma tarja negra nos macacões até que sejam atendidas suas reivindicações.

E prossegue a operação amnésia: os petroleiros estão esquecendo em casa o crachá de identificação, sem o qual ninguém entra nas refinarias. Isto, diariamente, atrai o interesse dos Sismos Marítima, Serviços Gerais Ltda e Autolocadora Belauto.

Um caso parecido ocorreu recentemente, na base de Tapaná, também no Norte do país, onde houve demissão de 53 trabalhadores dos quais 10 eram estáveis. Paralelamente era contratado o serviço de uma empresa particular.

Segundo João Carlos, "são muito piores as condições de trabalho impostas pelas empreiteiras aos seus empregados. Os trabalhadores dessas firmas podem ser deslocados para qualquer lugar de operações. Trabalham em zonas perigosas e não recebem a taxa de periculosidade do serviço. Além disso, não possuem qualquer vínculo de emprego com a Petrobrás, embora estejam trabalhando para ela". (Carlos Campos)

Calmon de Sá: os tiros pela culatra.

O Ministro Angelo Calmon de Sá, irritado, tenta responder às denúncias de João Cunha. Mas suas explicações (ao invés de contestar) só vieram confirmar as realidades das multinacionais no Pólo de Camaçari.

O ministro Angelo Calmon de Sá, da Indústria e do Comércio, tentou rebater as acusações do deputado João Cunha sobre as regalias concedidas ao capital estrangeiro no Pólo Petroquímico de Camaçari (Bahia). As explicações dadas pelo ministro, no entanto, só confirmam as afirmações de João Cunha.

"O Pólo de Camaçari é considerado um exemplo na área petroquímica do País", tendo adotado "um esquema que garante ao capital nacional, resultado da soma do investimento estatal e do investimento nacional privado, a maioria no empreendimento", afirmou Calmon de Sá (O Estado de S. Paulo, 20/08/78).

O ministro está certo: o Pólo de Camaçari é um exemplo novo, pois até então "a associação do Estado com grupos estrangeiros para investimentos no País consistia em eventos isolados", conforme explica o estudo de José Tavares de Araújo Júnior e Vera Maria Dick (1), pesquisadores da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), subsidiária do BNDE. O resultado desta associação, observam estes pesquisadores, é que apesar dos investimentos estatais serem majoritários (como notou Calmon de Sá) "observa-se que a maior parcela dos benefícios parece ter ficado com o sócio estrangeiro" ("detalhe" não mencionado pelo ministro).

Modelo do tripité

Um bom exemplo do chamado "modelo tripartite" (empresa estatal + empresa estrangeira + empresa nacional privada), tão elogiada

Empresa	Capital	Participação %
Polialden	33,33%	33,33%
Petroquisa	33,33%	33,33%
Mitsubishi Chemical Ind. Ltd.	16,67%	16,67%
Nishio - Iwai Co, Ltd.	16,67%	16,67%

Calmon de Sá

(1) "Governo, empresas multinacionais e empreiteiras nacionais: a atuação das indústrias petrolíferas", publicado na revista Pesquisa e Planejamento Econômico de 3/74, editado pelo IPEA, órgão de pesquisa da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Os tanques em Praga e o povo nas ruas

“Nossos irmãos chegaram. Brevemente estaremos transmitindo na clandestinidade” (Rádio Praga, na madrugada do dia 20 de agosto de 1968).

Carlos Eduardo e Aluísio Monteiro

“Os irmãos” chegaram sem pedir licença, e até hoje estão no país. Muitos vieram em grandes aviões Antonov, de transportes de tropas. Outros violaram as fronteiras tchecas em dezenas de locais diferentes.

Na madrugada de 20 de agosto de 1968, forças militares da União Soviética, Alemanha Oriental, Bulgária, Polónia e Hungria puseram fim à “Primavera de Praga” — o amplo movimento popular de crítica a todos os dogmatismos que se seguiu e aprofundou o processo de reformas iniciado em outubro de 1967 por parte da direção do Partido Comunista Tcheco.

Os traumatismos dessa intervenção até hoje marcam todos os aspectos da vida tchecoslovaca. Intelectuais de renome perderam seus postos, e tiveram de sobreviver em empregos muito abaixo de suas qualificações. Outros preferiram o exílio. Outros, simplesmente não podem falar. É o caso de Alexandre Dubcek, ex-secretário do PC da Tchecoslováquia, o homem que, por um momento, encarnou para boa parte da opinião tcheca e internacional as esperanças de um modelo de socialismo distinto do soviético. Dubcek perdeu todos os seus cargos, foi expulso do partido e hoje é um obscuro funcionário numa fábrica em Bratislava, colocado sob permanente vigilância policial.

O 10º aniversário desse ataque brutal mereceu, como era esperado, ampla cobertura jornalística, com análises da Tchecoslováquia atual e entrevistas dos líderes da “Primavera de Praga” que se encontram no exílio. No entanto, em meio à massa de dados fornecidos, corre-se o risco de perder de vista um dos aspectos essenciais do problema: por que foi possível ao bloco soviético interromper tão facilmente a experiência tcheca? Em outras palavras, quais os limites do encaminhamento dado pelo PC tcheco ao processo de democratização do regime, e que se refletiram, necessariamente, no nível de organização e participação popular?

As ilusões perdidas

O primeiro aspecto refere-se às ilusões de Dubcek e sua equipe nos demais países do Pacto de Varsó-

via. Como observa Jiri Pelikan, um dos homens-chave de governo em 1968, Dubcek não acreditava que a União Soviética pudesse agredir a Tchecoslováquia “até as 23 horas e vinte minutos do dia 20 de agosto, quando os tanques soviéticos cruzaram a fronteira” (entrevista ao “Estado” de 20 de agosto de 1978). E antes, tomara a iniciativa pessoal de não levar ao conhecimento do partido as “críticas injustas” dos demais países socialistas, pois isso “teria criado uma atmosfera hostil à URSS, que eu queria evitar”.

As ilusões não se limitavam às consequências das “críticas injustas”. Nas reuniões do Pacto de Varsóvia, a direção tcheca procurava argumentar que medidas como a reabilitação de militantes injustamente condenados e a liberdade de imprensa só trariam benefícios à causa do socialismo na Europa. A resposta cínica do líder polonês Gomulka (convenientemente esquecido de sua própria estadia nas prisões stalinistas) é típica do modo de pensar de uma burocracia confortavelmente instalada no poder: “Mas afinal, de que você está falando, camarada Dubcek? A revolução socialista nos países ocidentais não nos interessa. A situação na Europa está congelada ao menos por 5 anos. O que nos interessa é conservar o que já temos, proteger nossas fronteiras com o mundo capitalista. O essencial é controlar bem a situação” (entrevista de Pelikan).

A ilusão quanto ao comprometimento dos “partidos-irmãos”, no poder, com a revolução socialista foi um dos grandes pecados da direção tcheca no encaminhamento da “Primavera de Praga”. Como observa Otta Sik, vice-primeiro ministro de Dubcek (entrevista ao Estado, 20/8/78), a burocracia sabia muito bem que “a liberdade de imprensa e comunicações — e, principalmente, conselhos operários ou conselhos de fábrica, como nós tínhamos — implicava uma ameaça real ao seu predomínio, na URSS e na Europa oriental”. O que os operários tchecos fizeram, os operários soviéticos e alemães orientais poderiam igualmente realizar. A Tchecoslováquia era um foco contagioso que deveria ser extirpado o mais rápido possível — eis o que não

compreendeu (ou não ousava compreender a equipe de Dubcek).

Nós continuamos

Tal incompreensão manifestou-se, inclusive, na recusa em mexer nas estruturas tradicionais de poder político, e que podiam ser resumidas nas estruturas do PC. O resultado é que Dubcek permaneceu minoritário no partido, como observa Otta Kik: “éramos minoria nos principais órgãos de poder. No Comitê Central tínhamos apenas cinco homens entre uma centena de membros... Tínhamos apenas um terço dos ministros, os outros dois terços eram velhos stalinistas”. A Primavera de Praga teria justamente consistido na aliança entre uma equipe política minoritária, e que procurava convencer o conjunto do partido e do bloco pró-soviético da racionalidade das reformas que propunha, e um amplo movimento popular que, embora desorganizado, foi muito além das propostas de Dubcek.

Era impossível ganhar a maioria no interior da máquina herdada do stalinismo. No entanto, teria sido possível — desde que se apresentasse um programa claro, e rompimento com a burocracia — cristalizar novas estruturas de poder da sociedade, a partir da coordenação entre os conselhos de fábrica (que já existiam) e outros órgãos de participação popular. Isso era ir longe demais, convidar os soviéticos à intervenção? Como se viu, eles intervieram de qualquer modo. Apenas, a tarefa de seus tanques foi mais fácil, pois não tiveram diante de si um poder alternativo e solidamente implantado, capaz de oferecer canais adequados à mobilização popular.

O resultado é que os tchecos tiveram de improvisar estes canais no momento mesmo da invasão — e o fizeram com uma eficácia que desnoiteou os ocupantes. Foi a iniciativa popular que retirou de Praga todos os nomes de ruas e demais sinais identificadores, transformando-a numa cidade totalmente estrangeira. Foram as massas que desmantelaram todas as justificativas que os “Ivans” haviam recebido de seus comissários políticos, quanto à “defesa do socialismo ameaçado por alguns trai-

dores”, ao cercarem cada tanque e o obrigarem os soldados a uma incessante discussão política. Praga ocupada era uma arena de debates permanentes, como se o movimento de massas estivesse em ascensão e não, como acontecia, sendo reduzido à imobilidade. Simultaneamente, o PC realizava seu 14º Congresso na clandestinidade — como nos tempos da ocupação nazista, seu jornal, *Rude Pravo*, aparecia mimeografado, na clandestinidade, com um cabeçalho orgulhoso: “Nós Continuamos”.

Apenas, não foi possível (momentaneamente, talvez) continuar. A equipe de Dubcek se desfez, há cem mil soldados estrangeiros no país, e os tchecos estão perdendo, segundo vários analistas, o hábito da discussão política. Nesse país “normalizado” que é a Tchecoslováquia de hoje, meio milhão de pessoas foram expulsas do partido comunista, 150.000 exilaram-se 11.000 oficiais foram expulsos das forças armadas e 280.000 trabalhadores perderam seus empregos. Das 38 revistas culturais existentes, 32 foram fechadas.

As fissuras que a Primavera de Praga abriu no bloco pró-soviético, entretanto, permanecem vivas. Gomulka, o cínico “realista” que pretendia “controlar bem a situação” foi derrubado pelas manifestações dos operários poloneses, em 1970. Com ou sem razão, o eurocomunismo proclama-se herdeiro da Primavera de Praga. E, sobretudo, é inevitável que um próximo processo de crítica à burocracia, num país qualquer da Europa oriental, retome e vá além do programa deste generoso processo de mobilização popular, cuja principal lacuna foi a não-retomada de uma velha palavra de ordem leninista. A palavra de ordem de Todo o Poder aos Soviéticos.

Nos últimos meses da Primavera de Praga, o apoio popular às reformas propostas por Dubcek corporificou-se no documento que se tornou conhecido como o “Manifesto das Duas Mil Palavras”. Os limites deste documento entre outros, o não aprofundamento da questão do poder operário — são claros. Mas, após a sua publicação, as massas começaram a criar canais próprios de expressão.

VIRAMUNDO

NICARÁGUA Espetacular vitória dos sandinistas

Bandeiras da Frente Sandinista desfraldadas nas ruas de Nicarágua. Greve geral dos trabalhadores, convocada pela Frente Ampla de Oposição. Aplausos. E o comando “Rigoberto Lopez”, formado por 25 guerrilheiros sandinistas, liderados pelo comandante “Zero” (Eduardo Lopez), vence uma das mais ousadas batalhas contra o ditador Anastasio Somoza, depois de ocupar por dois dias o Palácio Nacional em Managua e fazer mais de mil reféns, entre os quais todos os parlamentares e ministros que se encontravam no prédio, na terça-feira.

A legitimidade da ação sandinista não ficou evidente apenas com o entusiasmo manifestado pelos nicaraguenses e com a greve geral decretada “até a derrubada do regime”. A tal ponto o regime da dinastia Somoza — há mais de três décadas no poder — isolou-se interna e internacionalmente, que até a cobertura da grande imprensa do ocidente se revela simpática à vitória dos guerrilheiros.

Só restou ao general Somoza acusar Cuba de “cumplicidade no atentado”, quando, cabibai-xo e nervoso, deu uma entrevista coletiva à imprensa, na quinta-feira à noite, na capital nicaraguense. Para Somoza, trata-se de “mais uma intervenção cubana, numa guerra que começou

desde que Fidel Castro tomou o poder em 1959”.

De fato, a coragem e dedicação dos sandinistas lembram os episódios da luta guerrilheira contra a ditadura de Fulgência Batista. Mas as condições de hoje são outras — e o comandante “Zero”, que se identificou como Eden Pastora antes de deixar o país com destino ao Panamá, deixou bem claro que a ajuda decisiva que a Frente Sandinista tem recebido “é do povo nicaraguense”.

O ataque ao Palácio Nacional foi o apenas o principal dos ataques. Outros comandos cercaram e tomaram quartéis, ocupando posições preparatórias para novos ofensivas. Apesar da intensa repressão, responsável por milhares de assassinatos, os guerrilheiros já não são facilmente identificados no meio do povo que os apóia.

Somoza entregou o dinheiro, ordenou a libertação dos presos políticos e cedeu os aviões que levaram todos — guerrilheiros, reféns e expressos — para o Panamá.

Por que não a Venezuela, como era previsto no início? Porque o Panamá é bem mais perto, para o breve retorno à Nicarágua — prometem os sandinistas. (Carlos Tibúrcia)



Revelações sobre o assassinato de Trotsky



Leon Davidovich Bronstein, um dos líderes da revolução russa, comandante do Exército Vermelho foi assassinado, em agosto de 1940 no México, onde se encontrava exilado desde 1937. Na época, a versão oficial de sua morte pelos PCs do mundo inteiro foi a de que o autor do atentado, Ramon Mercader, trotskista, havia se desiludido com Trotsky e sua “traição” à União Soviética, e resolveu destruí-lo. As campanhas de denúncias promovidas na época tanto por militantes trotskistas como entidades liberais, não conseguiram abafar a enorme propaganda soviética, segundo a qual Trotsky era um perigoso aliado de Hitler, e inimigo do movimento operário. A crise no movimento comunista mundial, o surgimento do “eurocomunismo” e a própria evolução do movimento operário mundial vêm os poucos trazendo novos elementos à elucidação da causa e mesmo a uma “reabilitação” de Trotsky pelos PCs ocidentais. Recentemente Santiago Carrillo, dirigente do PCE, reconheceu Trotsky como “um brilhante revolucionário”. E agora é o PCF que toma a iniciativa de publicar em seu órgão oficial, o *L’Humanité*, as revelações de Valentim Campa, velho dirigente comunista espanhol, sobre a responsabilidade direta de Stalin no assassinato de Trotsky. As revelações fazem parte de um livro, “Meu Testemunho”, que Campa recentemente apresentou a Marchais, quando este este-

ve no México. No livro, Campa diz que foi procurado, em 26 de setembro de 1938, por um delegado credenciado do III Internacional, que lhe anunciou a decisão de eliminar Trotsky e lhe pediu sua colaboração pessoal e de uma equipe para efetuar a eliminação. A recusa de Campa e Laborda, outro dirigente comunista, lhes custou a expulsão sumária do PCM. Diz Campa:

“Antes de sermos excluídos do PCM, Laborda e eu fomos informados que Alvaro Siqueiros estava organizando uma equipe de camaradas para tomar de assalto a casa de Trotsky e isso com muita pressa. O semanário dominicano “A Hora”, publicaria mais tarde uma entrevista de Siqueiros intitulada: “Siqueiros conta o atentado contra Trotsky”. Nela Siqueiros declara: “Stalin e seus amigos estavam preocupados que Trotsky, durante seu exílio no México, pudesse ser o centro de um outro movimento que procuraria substituí-lo no poder soviético. Foi assim que ele ordenou a um alto funcionário da NKVD, Leonid Eilington que organizasse a eliminação física de Trotsky e lhe deu meios ilimitados para isso. (...) A tentativa de Siqueiros e seu grupo de tomar de assalto a casa de Trotsky tendo falhado, colocou-se em prática uma terceira alternativa. Ramon Marcader, que vivia sob o pseudônimo de Jacques Monard, assassinou Trotsky na tarde de 20 de Agosto de 1940”. (Ricardo Rabele)

PERU

Militares ocupam as minas

As contradições de regime militar peruano a cada dia vêm mais a tona; dessa vez vai a intervenção militar nas minas e a decretação do estado de emergência em toda a região, incapaz de enfrentar a disposição de luta de mais de 50 mil mineiros, que em greve já há 19 dias, reivindicam aumentos salariais e a readmissão de cerca de 400 companheiros demitidos desde a greve geral de julho do ano passado.

A repressão desenfreada do regime, que já se manifestara no tratamento da greve das professores (afinal, vitoriosa), ocorre num momento em que o país caminha para uma situação de duplo poder na prática: de um lado, o governo de general Morales Bermudez cada vez mais desgastado; de outro, a Assembléia Constituinte, há um mês debatendo os rumos políticos do Peru e se propondo, tendencialmente, a intervir no dia a dia das questões nacionais.

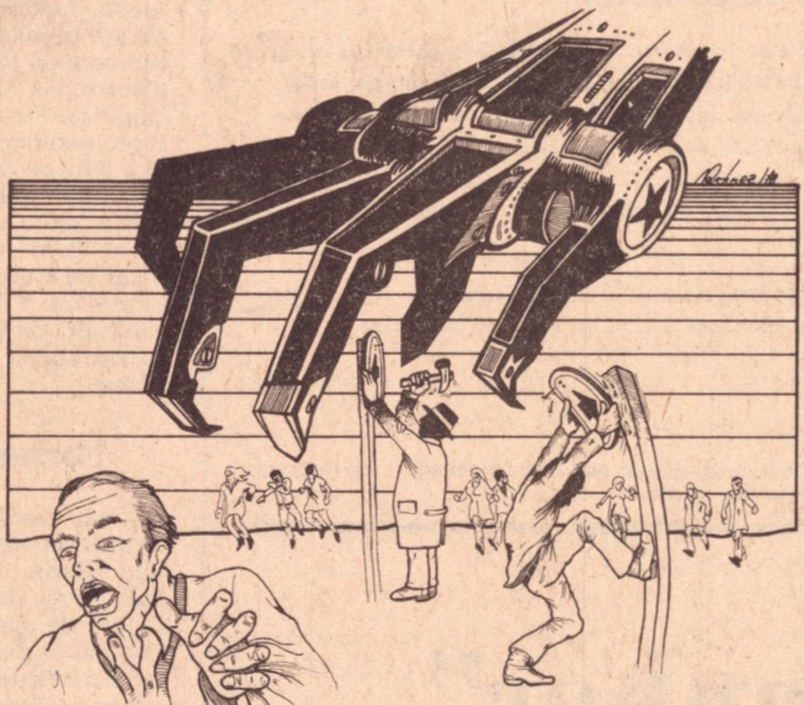
O regime já se manifestou a favor da realização de eleições imediatamente após a aprovação da Constituição. No entanto, o prazo é demorado: ainda para julho de 1979. Certamente, o equilíbrio instável não tem muitas condições de se manter.

Com a intervenção militar nas minas, a maioria dos representantes de esquerda condenou o regime, manifestando-se a favor da greve, “porque ela é justa”. O líder do sindicato dos mineiros, Victor Quadros, não só assumiu o caráter político da greve como afirmou sua legitimidade: “ele é contra a política de fome do regime”.

(Cleide Ono)

Cronologia dos Acontecimentos 1968

- 5 de janeiro - O comitê central separa as funções de presidente da República das de primeiro secretário do Partido Comunista. Dubcek substitui Noutony à frente do partido.
- 23 de março - Reunião em Dresden dos dirigentes da URSS, Polónia, Hungria, Bulgária, Alemanha Oriental e Tchecoslováquia.
- 28 de março - O general Svoboda é eleito presidente da República.
- 8 de maio - Os dirigentes da URSS, da Polónia, da Hungria, e da Alemanha Oriental se reúnem em Moscou.
- 20 de junho - Início das manobras do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia.
- 25 de junho - Votação da lei sobre a reabilitação dos prisioneiros políticos.
- 27 de junho - Publicação e assinatura nas ruas do manifesto das “Duas mil Palavras”.
- 14 de julho - Em Varsóvia os dirigentes do pacto de Varsóvia se reúnem de novo.
- 17 de julho - O P.C. francês propõe uma conferência dos partidos comunistas europeus para estudar o caso da Tchecoslováquia.
- 18 de julho - A direção tcheca rejeita as críticas que lhes endereçaram os partidos irmãos.
- 29 de julho - 1 de agosto - Reencontro soviético-tchecoslovaco em Ciera.
- 3 de agosto - Reunião em Bratislava dos cinco países do pacto de Varsóvia com os dirigentes tchecos.
- Na noite de 20/21 de agosto - Respondendo ao “apelo à ajuda” de pessoas não identificadas até agora, os exércitos de cinco países do pacto de Varsóvia invadem a Tchecoslováquia. Dubcek é conduzido à força, com vários de seus colaboradores, para a URSS.
- 21 de agosto - Em Praga o partido comunista começa a funcionar na clandestinidade. O “Rude Pravo” órgão do comitê central, tira sua primeira edição clandestina mimeografada. Desaparecem das ruas as placas que as denominam, e também os números das casas. Simultaneamente desaparecem das portas as plaquetas que identificam seus moradores, tudo isso pela ação das massas. Ao meio dia da primeira jornada da invasão, há greve geral, que se repetirá por toda semana.
- 23 de agosto - O XIV do partido comunista tcheco se realiza nas barbas do ocupante em uma usina de Praga. O presidente Svoboda vai a Moscou para reclamar a libertação dos dirigentes presos em Praga.
- 26 de agosto - Assinatura dos acordos de Moscou estabelecendo um compromisso sem princípios entre o ocupante soviético e os dirigentes tchecoslovacos.
- 16 de outubro - Assinatura em Praga de um acordo legalizando a presença das tropas estrangeiras sobre a Tchecoslováquia a título “temporário”.



O Manifesto das Duas Mil Palavras 27/6/68

“Foi com um sentimento de esperança que a maioria da nação aceitou o programa do socialismo. Mas as avançadas de comando não caíram em boas mãos... O Partido Comunista, que, depois da guerra, contava com a confiança do povo, gradualmente substituiu essa confiança pelos postos até ocupá-los todos com exclusividade... A linha incorreta dos dirigentes transformou o partido, que era um partido político em um agrupamento ideológico, em uma organização do poder que atraiu os egoístas ávidos de domínio, os covardes hábeis e as pessoas de má consequência... A situação no interior do partido comunista serviu de modelo e provocou uma situação similar no Estado... O Congresso esqueceu os procedimentos parlamentares, o Governo esqueceu como se governa, os dirigentes, como se dirige. As eleições não tinham mais significado e as leis perderam seu valor. Não podíamos mais contar com nossos representantes em nenhuma organização... Somos todos responsáveis pelo estado de coisas atual, sobre tudo aqueles, dentre nós, que são comunistas. A principal parcela de responsabilidade, entretanto, recai sobre as que eram parte integrante ou instrumentos desse poder sem controle. Era o poder de um grupo de opinião colocado em posição de comando com a ajuda do aparelho do partido, desde Praga até os menores distritos e comunas. O aparelho decidiu o que se podia e o que não se podia fazer. Dirigia as cooperativas no lugar dos

membros das cooperativas, as usinas no lugar dos operários e as organizações nacionais em lugar dos cidadãos. Nenhuma organização pertencia a seus membros, nem mesmo as organizações comunistas... Cada um sabe que a classe operária, praticamente, não decidia nada; os funcionários operários eram propostos por outros... Na realidade, eles ocupavam o lugar da classe deposta e se tornaram a nova autoridade... O processo de renascimento não traz nada de muito novo. Comporta idéias e sugestões, muitas das quais bastante mais velhas que os erros do nosso socialismo e outras emergindo à superfície do que era visível. Elas poderiam ter sido expressas há muito tempo, mas foram sufocadas... Sua vitória resulta mais da debilidade da antiga direção desgastada, em primeiro lugar, por vinte anos de poder sem entrave... Não há motivo de festa nacional para celebrar a vitória. Existe apenas uma nova esperança... Renunciemos a exigência impossível de que qualquer dentre nós, em posto de destaque, nos dê sempre a interpretação exata das coisas e a conclusão a tirar. Cada um de nós deve tirar suas próprias conclusões sob sua própria responsabilidade. Não é possível chegar a um acordo mútuo sobre as conclusões a não ser pela discussão, o que implica na liberdade de expressão, que é, de fato, nossa única realização democrática deste ano... nos oporemos à opinião-se ela se manifestar de que é possível um renascimento democráti-

co sem os comunistas ou mesmo contra eles. Praticamente, a futura democracia dependerá do que acontecer nas empresas e de sua transformação... Como produtores, os operários podem intervir através da escolha de pessoas que elegerão para a direção da empresa... Exigimos a saída dos que abusaram de seu poder, que degradaram o patrimônio coletivo e que se conduziram com desonestidade ou brutalidade; é necessário encontrar os meios de obrigá-los a partir... Fazamos reviver a Frente Nacional. Reclamemos reuniões públicas dos comitês nacionais. Estabelecamos comitês especiais e comissões de cidadãos para se ocuparem das questões as quais os funcionários não chegam a responder... Peçamos a formação de conselhos de redação compostos de representantes da Frente Nacional, ou então criemos novos jornais... instalemos comitês de defesa da liberdade de expressão. Organizemos nosso próprio serviço de ordem para nossos comícios... Nos últimos tempos tem sido causa de grande apreensão a possibilidade de forças estrangeiras interverem em nossa evolução interna...

Asseguramos ao Governo que o apoiaremos, mesmo pelas armas, enquanto ele cumprir a missão que lhe foi delegada... de novo, temos a possibilidade de tomar nas mãos nossa causa comum que, para todos os fins úteis, chamamos de socialismo. (Transcrito do Correio da Manhã, de 30 de julho de 1968)

A BOMBA

A explosão foi às três da madrugada. Estilhaçou vidros, retorceu uma máquina de escrever, revirou a redação do jornal EM TEMPO Belo Horizonte. Havia uma testemunha neste atentado terrorista: Carlitos, o vagabundo, cujo retrato na parede revela sua perplexidade.



Desta vez, nem o retrato de Charlie Chaplin, pendurado na parede, escapou. A explosão da bomba terrorista esfacelou o cartaz, embora sem conseguir derrubá-lo. Carlitos permaneceu meio torto e parece ter acentuado seu olhar de perplexidade, que afinal não era para menos: o semanário EM TEMPO sofreu o terceiro atentado da extrema direita, na madrugada do dia 18, em Belo Horizonte, por ter veiculado uma série de denúncias sobre torturas, funcionamento dos órgãos de repressão e assassinatos políticos. O famoso vagabundo, que durante décadas fez as platéias de cinema do mundo inteiro rir e chorar, foi a única testemunha, de mais uma violência contra a liberdade de expressão.

Os moradores do apartamento do andar superior do sobrado onde funciona a sucursal do semanário em Belo Horizonte foram os primeiros a tomar contato com a ação terrorista, segundo este relato: "devia ser por volta das três horas da madrugada e eu já estava dormindo, quando meu irmão me chamou a atenção para o barulho embaixo. Parece que estão quebrando o jornal, disse ele. Prestamos mais atenção e ouvimos barulhos de coisa sendo quebrada. As vozes eram de gente nova. Fui então olhar pela janela e foi aí que a bomba explodiu".

Os dois irmãos tiveram então a impressão de que a casa toda vinha abaixo: "fiquei muito apavorado. Vi que meu carro havia sido atingido, um Fiat amarelo que estava estacionado na porta e que teve os vidros quebrados e a pintura danificada. Mas tive medo de descer, por que é claro que eles deviam estar armados. Então resolvemos chamar a polícia".

Um outro vizinho, também morador da Rua Bernardo Guimarães, um senhor de 85 anos, descreve a proporção do atentado: "estava dormindo, quando ouvi um estampido horrível, pensei que fosse um tiro, mas pelo barulho que foi muito forte e me fez acordar, vi que não poderia ser. Levei um choque muito grande e não consegui mais dormir".

Não sei porque tive medo. Nessas horas as pessoas que estão fazendo esse tipo de coisa são capazes de tudo. Somente no dia seguinte fiquei sabendo, através de minha empregada, que foi uma bomba que explodiu no jornal", disse José Guimarães Chagas.

Uma terceira vizinha completa o relato: "escutei um barulho igual ao de uma violenta batida de carros. Fiquei até esperando o barulho das ambulâncias chegando".

Uma perícia misteriosa

Somente cinco horas depois é que o semanário tomou conhecimento dos fatos.

Uma funcionária da sucursal conta como foi: "fui a primeira pessoa do jornal a chegar e isso porque o empregado lá de casa escutou a notícia no rádio e foi me avisar. Na porta encontrei um grupo de moradores das redondezas e mais dois policiais, que me barraram a entrada, mesmo depois de eu ter comunicado que trabalhava ali, portanto tinha esse direito de entrar. Fiquei então sabendo que eles estavam lá desde as três horas da madrugada, chamados por um dos vizinhos, e que lá dentro da sucursal estava sendo feita uma perícia".

Impedida de acompanhar de perto os trabalhos da alegada perícia, e mesmo de usar o telefone para avisar os outros membros da sucursal, a funcionária teve que se comunicar com a diretoria do jornal, em São Paulo, através da casa de um dos vizinhos. "Depois disso - recorda ela - tive que ficar esperando na calçada mais ou menos uns quarenta minutos, até que a polícia saísse. Foi quando notei que dois homens à paisana, acompanhados de mais dois policiais, estavam carregando alguns pacotes com o formato de pastas".

A funcionária do EM TEMPO perguntou a um deles, o que lhe parecia ser o chefe, como se chamava e o que estava carregando. "Ele apenas me falou que se chamava Ribeiro e o material que levavam eram fragmentos da bomba. Mas não me deixou ver. Só aí então a sucursal foi liberada".

Ela entrou e começou a fazer um levantamento do material desaparecido. "A primeira coisa que notei é que no arquivo havia alguns lugares vazios, como se algumas pastas tivessem sido retiradas. Mais tarde pudemos concluir que algumas realmente foram levadas, entre elas uma com recortes de jornais e matérias sobre os militares no Brasil".

A direção da sucursal avaliou em Cr\$ 200 mil o prejuízo causado pelos três atentados. O primeiro ocorreu em Curitiba no dia 24 de julho, quando organizações pára-militares de direita invadiram a sucursal e pixaram as paredes, auto-inditulando-se Comando de Caça aos Comunistas, "Ala os 233", numa alusão direta ao listão de policiais e militares acusados como torturadores por presos políticos, documen-

to que este semanário publicou em seu número 17.

Três dias depois do episódio do Paraná, ocorreu o segundo atentado, dessa vez em Minas, assumido pelo GAG e MAC, que diziam nas pixações "Voltaremos".

A volta será pior". Nos dois casos os autores não se limitaram em espalhar o terror, mas chegaram a saquear e depredar as sedes do jornal.

Agora, a bomba colocada dentro da gaveta do chefe de redação estourou uma mesa, arrourou uma máquina de escrever, derrubou o tampo da porta, estilhaçou as vidraças da janela e os vidros de um Fiat, estacionado há cinco metros do local, na rua. Além disso, o petardo danificou documentos, envergo persianas, estragou luminárias e perfurou o teto e as paredes.

A via sacra pela polícia

O chefe da sucursal de Minas, Alberto Carlos Dias Duarte, levanta dúvidas sobre a realização da "perícia", pois nos primeiros momentos havia muita indefinição entre os órgãos policiais: "informações imprecisas, ora diziam que foi o DOPS, ora a Polícia Federal, ora a Polícia Militar ou a Polícia Civil. Haviam feito uma perícia sem precisar por parte de quem, mais a perícia havia levado pacotes. A suposição geral era de que neles estava o material desaparecido do jornal".

Logo após denunciar o fato à imprensa, através de uma nota de protesto, a sucursal passou a fazer uma verdadeira "via sacra" pelos órgãos policiais do estado a fim de saber quem compareceu à sucursal, quem fez a perícia, quem levou o material e se já havia abertura de inquérito.

O primeiro local procurado pelo diretor da sucursal, junto com o advogado Geraldo Magela e outros colaboradores de Em Tempo, foi o DOPS: "Lá fomos informados pelo delegado de plantão, que o mesmo órgão tinha tido conhecimento do fato através de notícias de rádio que não tinham tomado nenhuma providência pois essas seriam da alçada da Polícia Federal".

A comitiva dirigiu-se então ao Departamento de Polícia Federal: "para surpresa nossa, o delegado que nos atendeu afirmou estar tomando conhecimento do episódio naquele momento, através de nós. Solicitamos perícia que

não foi atendida, sob alegação de que só poderiam atender casos ligados a toxicidade e contrabandos". Sobre a solicitação de abertura de inquérito, feita naquele órgão, por ocasião do primeiro atentado em Minas, a DPF respondeu "o pedido foi enviado à Secretaria de Segurança Pública".

Apesar das afirmações do delegado da Polícia Federal, quando o pessoal retornou à sucursal, lá encontrou dois agentes do órgão colhendo informações, para abertura de inquérito. Lembra o chefe da sucursal: "as dúvidas que eles levantavam aparentavam uma ingenuidade fora do comum. Diziam por exemplo que todo o aparato policial que esteve presente ali, depois do atentado, entre 3h e 9h poderia não ser da polícia, mas de homens disfarçados de policiais".

Sómente à tarde, porém, é que se conseguiu desvendar parte da misteriosa perícia: "Lá chegando fomos recebidos pelo chefe Antonio Ribeiro, que nos informou ser a perícia de sua responsabilidade, e que as únicas coisas retiradas da Sucursal foram fragmentos de bomba". Indagado sobre a retirada dos pacotes pelos policiais, a resposta que o jornal recebeu foi a de que não era da responsabilidade deles".

No mesmo intuito, outros lances intrigaram a comitiva: é que eles nos mostraram dezenas de fotos do local e destas a que mais nos chamou a atenção é que várias não tinham nada a ver com o ato acontecido. Por exemplo, algumas retratavam um cartaz pregado na parede, assinalando as ruínas de distribuição do nosso jornal nas bancas, com vários nomes de membros do jornal".

Outra indagação feita ao encarregado da perícia dizia respeito à possibilidade de existirem no local panfletos deixados pelos autores do atentado: "a resposta que obtivemos foi negativa, contrariando a notícia veiculada no Diário da Tarde, segundo o qual o MAC e o GAC deixaram folhetos assumindo o atentado terrorista".

Sem maiores esclarecimentos, terminou por aí a via-sacra. Ficou apenas a informação de que "o laudo poderá ser liberado no dia 25".



GMD

GRUPO MINEIRO DE DESENHO:
ARNOLD, AROEIRA, DRUMA, FILÓ, GON, HAMILTON, LEVI, MARÍLIA, NILSON, PAULA, PAULO, REGINA E SILVINHA.



Exército e governo não se pronunciam

No quartel-general da IV Divisão de Exército, em Belo Horizonte, a bandeira hasteada no mastro registrava a presença ali do general Hermam Borgquist, comandante da unidade. O cabo da guarda indaga ao repórter o que ele deseja. "Entrevista com o general", é a resposta.

No Departamento de Relações Públicas, a 5ª Seção por escrito em lauda timbrada, o repórter apresenta o motivo da entrevista solicitada: "invasão da sucursal e ataque terrorista dos grupos GAC e MAC contra o semanário Em Tempo. Tratava-se de uma entrevista em caráter profissional.

O repórter é encaminhado à 2ª Seção, que cuida de assuntos relacionados à informação e inteligência. Lá um coronel ouve silenciosamente o relato das ações dos comandos de extrema-direita. Ao final, laconico e respeitoso, ele informa ao repórter que "o general não poderá atender e que a entrevista não será possível".

O próximo passo foi a ida ao Palácio dos Despachos, na Praça da Liberdade, em busca de

uma entrevista com o governador Ozanam Coelho. Seu irmão, Eduardo Levindo Coelho, também ouve o mesmo relato, e diz que seria mais oportuno um pronunciamento oficial do secretário de Segurança Pública sobre o caso. O repórter esclarece que o jornal já tomara as medidas jurídicas cabíveis e que até aquele momento os órgãos de segurança davam evidentes demonstrações de indiferença em relação aos atentados do GAC e MAC.

Embora o secretário de governo tenha se comprometido a programar uma entrevista com o Secretário de Segurança ainda dessa vez não foi possível falar diretamente com o governador do estado. Da vez anterior, quando ocorreu o primeiro atentado em Minas, Ozanam Coelho alegou "agenda cheia". O homem número um da administração pública em Minas se esqueceu assim de pronunciar-se sobre a violência que a extrema-direita quem sabe até mesmo funcionários financiados pela folha de pagamentos do governo estadual - comete há apenas 600 metros do Palácio dos Despachos.

CPI CONTRA O TERROR

“Apesar da repetição dos atentados, apesar da abertura de dois inquéritos criminais, nenhuma medida preventiva foi tomada pelas autoridades policiais, de modo a deter a escalada da violência”, argumenta o deputado federal Airton Soares, MDB-SP.



É hora de união!

Em São Paulo, cerca de 40 entidades, jornais e movimentos de oposição convocaram para o dia 28 de agosto, segunda-feira, no pátio interno da Faculdade de Direito, Largo São Francisco, um ato público unificado “de repúdio aos atentados contra EM TEMPO e as outras ações dos grupos clandestinos de repressão ao movimento popular e democrático”. O texto da convocatória é o que segue:

Os grupos clandestinos de repressão atacaram mais uma vez o jornal *Em Tempo*. Agora, colocaram uma bomba fortíssima na sucursal de Belo Horizonte, na madrugada do último dia 18, provocando a destruição parcial do prédio. E o terceiro atentado contra *Em Tempo*, em apenas dois meses. Primeiro foi em Curitiba, depois em Belo Horizonte. Esses grupos, que permanecem impunes, agem sob o nome de GAC, MAC e CCC (Grupo Anti Comunista, Movimento Anti Comunista e Comando de Caça aos Comunistas).

Essa série de atentados contra *Em Tempo* começou depois que o semanário publicou reportagem sobre a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, especialmente pela divulgação de um documento dos presos políticos de São Paulo, denunciando os nomes de 233 torturadores.

O alcance desses atentados é muito amplo. Não golpeiam apenas a imprensa independente e democrática, mas sim um dos órgãos alinhados nos embates pelas liberdades democráticas. Atacam porque o ponto mais sensível do regime autoritário é justamente seu aparelho de segurança, vital para sua manutenção. Por isso, as reformas que o governo propõe não abrem mão dessa estrutura repressiva, encoberta na proposta de manutenção das “salvaguardas eficazes”.

O regime faz vista grossa a esses atentados buscando intimidar as forças populares e democráticas.

E os atentados foram muitos. Colocaram bomba na casa da Presidência da seção mineira do Movimento Feminino Pela Anistia, no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, nas sedes da Associação Brasileira de Imprensa e Ordem dos Advogados do Brasil, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. No Rio de Janeiro, sequestraram o bispo Católico Dom Hipólito. A sucursal do jornal *Versus* em Brasília foi invadida. Advogados de presos políticos e jornais independentes e democráticos como *Movimento* recebem telefonemas ameaçadores. Os presos políticos de São Paulo recebem cartas com ameaças, assinadas pelo Braço Clandestino da Repressão. Além disso, existem formas abertas de repressão, como as de que estão sendo alvo os presos políticos que denunciaram os 233 torturadores. Um desses prisioneiros, o operário Jesus Paredes Soto, foi condenado sem provas, a 20 anos de prisão. Na semana passada, a Auditoria Militar de São Paulo, transferiu para o presídio político dois elementos claramente hostis aos prisioneiros políticos, numa tentativa de provocação.

E todos estes crimes permanecem impunes.

É preciso pôr fim a esses atentados. Precisamos nos unir para que não mais ocorram, nos organizando também para que seus responsáveis sejam punidos.

Para isso, compareça ao ato público unificado de repúdio aos atentados contra *Em Tempo* e as outras ações desses grupos clandestinos de repressão ao movimento popular e democrático.

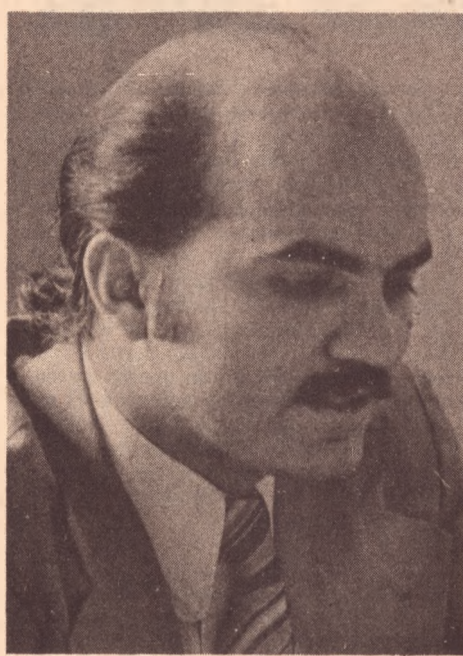
Segunda-feira, 28 de agosto, todos ao pátio interno do Largo São Francisco às 19 hs.

Abaixo a repressão. Pelas liberdades democráticas. Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. ASSINARAM ESTA CONVOCATÓRIA, ÀS 18 HORAS DE QUINTA-FEIRA, AS SEGUINTE ENTIDADES E MOVIMENTOS:

Jornal *Em Tempo*, Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA-SP), Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Associação Brasileira de Imprensa - representação em São Paulo, Movimento do Custo de Vida - Coordenação Oposição Metalúrgica de Osasco, Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Sindicato dos Trabalhadores de Couro - SP, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefato de Couro - SP, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação - SP, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Laticínios e Produtos derivados de Açúcar e Torrefação e Moagem de Café de Santos, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo de Cubatão, Santos e São Sebastião, Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, União Estadual dos Estudantes (UEE-SP), Raimundo Rodrigues Pereira, editor do jornal *Movimento*, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, Diretório Central dos Estudantes (DCE-USP), Jornal *Versus*, Jornal *Brasil*, Mulher, Associação dos Docentes de São Paulo (ADUSP), Teatro Ruth Escobar, Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP), Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado de SP, Movimento Feminino Pela Anistia - MFA-SP, Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, Associação dos docentes da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (ADUNESP), Associação dos Médicos Sanitaristas, Centro Acadêmico Nilceu Marques de Castro, da Faculdade de Medicina do ABC, Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, Flávio Bierrembach - líder do MDB na Câmara Municipal de SP, Casa da Universidade de São Paulo, Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo.

A constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue os diversos atentados terroristas, de autoria de organizações de extrema-direita, ocorridos nos últimos dois anos deixa de ser apenas uma idéia para se tornar algo cada vez mais real. Como reflexo da atuação de uma comissão formada por várias entidades de jornalistas - que foi a Brasília para denunciar os atentados do GAC, MAC e CCC contra o jornal *EM TEMPO* - o pedido de instauração na Câmara Federal de uma CPI contra o terror de direita conseguiu 126 assinaturas só primeiro dia em que correu a lista, ultrapassando assim o número necessário para a instauração.

E o mais importante: a iniciativa do deputado Airton Soares de trabalhar para a instalação da CPI contra o terror conta com o aval da direção emedebista, que através do presidente do MDB, Ulisses Guimarães, e do líder do partido de oposição na Câmara, Tancredo Neves, empenharam sua palavra à comissão de jornalistas que foi



MDB exige apuração rigorosa dos atentados

Na mesma Convenção em que o general Euler Bentes foi escolhido candidato do partido oposicionista à presidência da república, a Comissão Executiva do MDB aprovou uma moção de solidariedade a este semanário, cujo teor é o seguinte:

Os convencionais do MDB, manifestam, na sua V Convenção Nacional Extraordinária, a sua solidariedade ao jornal *EM TEMPO*, vítima de três atentados terroristas nos últimos trinta dias, por parte das organizações auto-denominadas Comando de Caça aos Comunistas, Grupo Anticomunista, Movimento Anticomunista.

Na madrugada do dia 18 último passado, a sucursal deste semanário em Belo Horizonte voltou a ser invadida, onde foi colocada uma bomba de alto teor explosivo, causando graves prejuízos materiais.

Tais atos, entretanto, não se constituem fatos isolados. A eles somam-se o sequestro do ilustre membro do episcopado brasileiro Dom Adriano Hipólito, e os atentados contra a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro; ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP; ao Movimento Feminino pela Anistia, seção Minas Gerais; além do sequestro da professora Juracilda Veiga e várias cartas de ameaças de mortes a jornalistas, parlamentares, religiosos e diversos líderes classistas.

Apesar de todos esses atentados reina a mais absoluta impunidade aos seus autores. Enquanto a imprensa passa a ser cerceada no seu direito de informar!

No caso da imprensa, os atentados visam intimidá-la impedindo que venham a público fatos relevantes, tais como: a denúncia de duzentos e trinta e três torturadores, feita pelos presos políticos da penitenciária do Barro Branco, em São Paulo, e o envolvimento de altas personalidades da administração pública em negócios que favorecem o controle da indústria petroquímica por empresas multinacionais; denúncias essas veiculadas pelo semanário *EM TEMPO*.

Ao tempo em que os convencionais do MDB reafirmam sua solidariedade a todas as entidades e pessoas atingidas, exigem também a apuração rigorosa dos fatos denunciados e a punição dos seus responsáveis. Só assim é possível evitar que as organizações para militares e terroristas, que atuam na mais absoluta clandestinidade, continuem se acobertando na ineficácia das investigações e sempre certas da impunidade.

até Brasília, prometendo dar prioridade à instauração desta CPI, apesar de existirem outros pedidos de instalação de outras. Até mesmo as lideranças arenistas se comprometeram com a apuração dos atentados terroristas de direita.

Naturalmente, nada garante, de antemão, que a CPI vai sair sobretudo da parte da Arena. Contudo se existir a pressão popular e da sociedade civil para que se investigue e se puna os responsáveis pelo terrorismo de extrema-direita, as chances da concretização da CPI aumentarão consideravelmente. Visa-se com este instrumento, transferir para o Congresso a responsabilidade de investigar a atuação do GAC, MAC, CCC e outras organizações paramilitares, uma vez que as iniciativas policiais sempre resultaram em nada. Material para investigar é o que não falta a esta futura Comissão Parlamentar de Inquérito. E apesar das limitações impostas às CPIs para uma efetiva investigação ela pode vir a ser um instrumento de denúncia que evidencie a li-

gação das organizações clandestinas de direita com o aparelho de repressão “legal”.

Importante também foi a aprovação por parte da comissão Executiva do MDB em nome da Quinta Convenção Nacional Extraordinária do partido - de uma moção de solidariedade ao jornal *EM TEMPO* como resposta aos três atentados que sofreu, exigindo ao mesmo tempo a apuração rigorosa de todos os atentados terroristas ocorridos no Brasil nos dois últimos anos.

Em Brasília, a comissão de jornalistas, representados por suas entidades, entregou ainda aos presidentes e líderes dos dois partidos um documento, solicitando o máximo de apoio à constituição da CPI contra o terror. Assinaram este documento: os sindicatos de jornalistas profissionais de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília; a seção de Brasília da Associação Brasileira de Imprensa; o Clube de Imprensa do Distrito Federal; Jan Rocha, correspondente da BBC de Londres; e este semanário.

Ameaça de sequestro em Curitiba

O engenheiro Paulo de Sá Brito, colaborador do *EM TEMPO*, da sucursal de Curitiba, foi ameaçado de sequestro na última terça-feira.

Cinco homens, apresentando-se como “colegas de trabalho”, o procuraram em sua residência. Paulo não estava e descobriu depois que as cinco pessoas não eram seus colegas de trabalho. A partir desse dia, o engenheiro vem sendo seguido diariamente, de modo ostensivo, a todos os locais que vai.

A tentativa de sequestro ocorre uma semana depois de Paulo ter recebido bilhete do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), datilografado no verso de uma convocatória para o ato de lançamento da Frente Nacional de Redemocratização, recentemente realizado em Curitiba. “ - Ou vocês acabam com o CCC, ou o CCC acaba com o *EM TEMPO*, e você vai junto”, dizia o recado.

A ameaça soma-se a uma campanha de intimidação organizada pelo CCC e iniciada com invasão e pixação da sucursal de Curitiba, no último dia 22. Depois da invasão, a sucursal já sofreu duas tentativas de arrombamento e houve pelo menos um caso confirmado de vigilância à casa de outro colaborador, realizada por dois elementos do Exército.

A sucursal do *EM TEMPO* em Curitiba denunciou a nova ameaça à Comissão de Justiça e Paz, à OAB e ao Movimento Feminino pela Anistia e pediu providências à Polícia Federal e à Secretaria de Segurança Pública. Paulo de Sá Brito foi uma das 11 pessoas presas em março pela Polícia Federal, época em que a professora Juracilda Veiga foi sequestrada por grupo de extrema-direita, ao que tudo indica, ligado à polícia. Na época, o secretário de segurança pública afirmou através dos jornais que se fosse necessário, ele também faria um sequestro.



28 argumentos para uma CPI

O deputado federal Airton Soares, MDB-SP, está encabeçando o requerimento da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados para apuração dos atentados terroristas de extrema-direita, cometidos nos últimos anos. Eis a justificativa que ele apresentou:

- 1 - É consuetudinário dos princípios básicos que marcam a existência de real e efetivo regime democrático, a preservação da liberdade de imprensa;
- 2 - É anunciado ao País a promessa de novos tempos com a reconquista do primado dos princípios democráticos;
- 3 - Com a imprensa intimidada ou amedrontada, os jornais podem se converter em gigantesca sinopse destinada a todo o povo;
- 4 - A imprensa sem freios permite ao governante conhecimento mais profundo e mais extenso da realidade que o cerca, que deve informar e orientar seus atos;
- 5 - A informação sem sombras, estimula a participação do povo na vida pública e o duelo de opiniões legítimas e confere autenticidade às decisões que se esteiam na limpidade do voto popular;
- 6 - É inarredável que governantes e governados devem aspirar a existência de uma imprensa viva e eloquente;
- 7 - Os governados sempre aspiraram tal liberdade. E sempre lutaram por ela;
- 8 - Os governantes, malgrado as promessas de lento e gradual arbrandamento da censura à imprensa, não garantem - como cumprem fazê-lo - o exercício do direito de livre informar;
- 9 - Tal atitude de omissão a par de gerar insegurança e intranquilidade, no seio da imprensa democrática, em verdade, estimula as ações de opositores ostensivos que

- se agrupam em organizações ilegítimas e que vivem nas sombras;
- 10 - Tais organizações em reiteradas vezes manifestaram absoluto desprezo às leis vigentes fazendo as suas próprias e impondo-as em atos de violência e intimidação;
- 11 - A longa jornada delituosa encontra exemplo no atentado à bomba contra a sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) no Rio de Janeiro em agosto de 1976 (doc.);
- 12 - Ainda em agosto de 1976, o atentado à bomba na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Rio de Janeiro (doc.);
- 13 - Prossegue a escalada de terror, com o atentado à bomba na sede da Auditoria Militar de Porto Alegre, no mesmo mês (doc.);
- 14 - Idêntica ação criminosas é desferida contra a sede do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) em São Paulo no mês de setembro de 1976 (doc.);
- 15 - Em setembro de 1976, no dia 23, duas ações deixaram a população carioca aos sobressaltos: o sequestro de ilustre membro do episcopado brasileiro com a explosão de seu automóvel defronte à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e atentado à residência de importante jornalista (doc.);
- 16 - Em novembro do mesmo ano, panfletos e bomba foram atirados à frente do prédio onde funcionava o conhecido semanário *Opinião* (doc.);
- 17 - O desprezo às leis vigentes encontram testemunho recente e maiúsculo nas

- invasões sofridas pelas redações do jornal “*EM TEMPO*” pertencentes à Editora Aparte S.A. sediadas em Curitiba e Belo Horizonte;
- 18 - Tais atos praticados à margem e ao arrepiro da lei visam sufocar a livre manifestação do pensamento;
- 19 - Esse direito de manifestação do próprio pensamento encontra-se escudado na Declaração dos Direitos do Homem e tem escudo na Constituição Brasileira;
- 20 - A longa e dramática série de atos de vandalismo, relatadas resta impune;
- 21 - Nenhum destes atos teve sua autoria desvendada;
- 22 - A impunidade incentiva a reincidência, delustra o crédito dos órgãos policiais e tornam a lei ineficaz e impotente;
- 23 - Apesar da repetição dos atentados, apesar da abertura de dois inquéritos criminais em consequência deles, nenhuma medida preventiva foi tomada pelas autoridades policiais de modo a deter a escalada da violência;
- 24 - A omissão das autoridades policiais nutre seus autores com a certeza de impunidade estranha e com facilidade para a reiteração dos atentados, pois em menos de quarenta dias, o semanário *EM TEMPO* foi vítima de três invasões sucessivas, culminando a última com a explosão de bomba que destruiu quase totalmente a sede mineira daquele órgão;
- 25 - Todas as medidas policiais para a

apuração das responsabilidades tais como - inquéritos, investigações etc - mostraram-se instrumentos ineficazes para a elucidação da origem e dos autores de tais bárbaros crimes;

26 - Esse estado de coisas, pela permanência, avilta a Lei, pois a emascala, e mostra a impotência real ou procurada dos organismos policiais; e tendo em vista que, as leis que emanam do Poder Legislativo, enquanto desrespeitadas e afrontadas, desprovidas de guardiães que zelem pelos seus cumprimentos e punam os que as desobedecem, convertem-se em álgidos registros de simples intenções, despidos de eficácia;

27 - Sob pena de se transformar em autor de uma legislação eunuca, deve o Poder Legislativo, usando das armas que a lei lhe assegura, coadjuvar os poderes inadimplentes no desvendar a materialidade e a autoria desse cotejo de delitos;

28 - A escala de violência dos grupos denominados de AAB - Ação Anticomunista Brasileira; CCC Comando de Caça aos Comunistas; BCR - Braço Clandestino da Repressão; GAC - Grupo Anti-Comunista; MAC - Movimento Anti-Comunista, representa seria ameaça a segurança social, à ordem e à tranquilidade, cujo paradeiro se converteria em imperativo de relevante interesse para a vida constitucional, legal, econômica e social do País.

INDIGNAÇÃO E SOLIDARIEDADE

(A repercussão em Minas da explosão da bomba e dos outros atentados terroristas contra a liberdade de expressão)

Mata-Machado: segurança nacional ou insegurança geral?



Quando vejo atos de violência e de arbítrio como os que, em espaço de tempo inferior a vinte dias, se praticaram, por duas vezes contra a sucursal do EM TEMPO vou-me convencendo de que a ideologia da Segurança Nacional, dominante na cúpula política do Brasil, se transforma em Insegurança Geral - quando perante atentados aos direitos cívicos assegurados até pela Emenda Constitucional, vigorante sem que seja preciso lembrar a Declaração Universal dos Direitos do Homem - ainda há pouco festejada pela seção da OAB em Minas Gerais.

Seria demais lembrar aos responsáveis pela paz interna que, desde o dia 18 do mês passado, está em vigor o Pacto que fundou uma Corte Interamericana de Direitos Humanos, consolidada, assim, a Comissão da OEA ante a qual podem ser convocados juizes onde ocorrem violações às liberdades fundamentais, democráticas? Ou haverá quem não considere progresso importante o fato de já possuírem eficácia regional, nacional, internacional, as normas que asseguram, universalmente os direitos do homem? Até quando se tolerará a ação terrorista que ao furtivo dá a impressão de ser até prestigiada por forças ocultas ou ostensivas?

(professor Edgar da Mata-Machado, professor e parlamentar cassado, pensador católico)

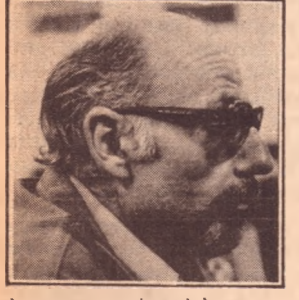
João Paulo, de Montevade: "quem teme a liberdade de expressão começa a reagir".



No momento em que a imprensa começa a atuar com uma certa liberdade, veiculando informações até então somente em poder do Estado, é evidente que a parte que teme a liberdade de expressão começa a reagir. Principalmente sobre vocês que fizeram uma denúncia pública dos organismos de repressão, portanto expondo-se a atos dessa natureza praticados pela extrema direita.

Sindicato dos metalúrgicos de João Moulevade)

Ignácio, o metalúrgico: "esta selvageria atinge também a classe operária".

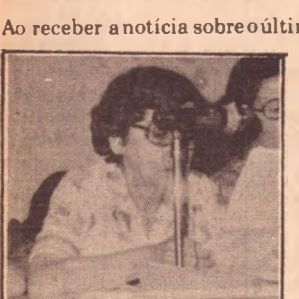


Este atentado é um ato de selvageria, é um ato de desespero. Como eles mesmos se declararam, se denunciaram lá, é o GAC e o MAC, e a "Ala 233", que diz, é a extrema direita que se sente acuada pelos movimentos populares e resolve agir de uma maneira clandestina, de uma maneira violenta.

O atentado contra o EM TEMPO nos atinge também aos operários, no sentido de que é um jornal que tem denunciado as arbitrariedades contra a classe operária, tem dado uma grande cobertura à Oposição Sindical e a todos os movimentos da categoria metalúrgica, tanto nos outros Estados como aqui em Belo Horizonte. Então, a gente também se sente atingido por esta bomba, pois querendo apagar mais uma vez que se levanta em defesa do operário quem também acaba com estes movimentos populares.

(Ignácio Agero Hernandez, operário metalúrgico, membro da Chapa-2, de Oposição Sindical, que concorreu recentemente às eleições do Sindicato de Metalúrgicos de BH-Contagem)

Helena Greco: a hora é de uma campanha nacional contra o terror.



Quando vejo atos de violência e de arbítrio como os que, em espaço de tempo inferior a vinte dias, se praticaram, por duas vezes contra a sucursal do EM TEMPO vou-me convencendo de que a ideologia da Segurança Nacional, dominante na cúpula política do Brasil, se transforma em Insegurança Geral - quando perante atentados aos direitos cívicos assegurados até pela Emenda Constitucional, vigorante sem que seja preciso lembrar a Declaração Universal dos Direitos do Homem - ainda há pouco festejada pela seção da OAB em Minas Gerais.

Belo Horizonte, durante a Campanha pela Anistia, o MFPA fez um trabalho intensivo de denúncia contra estes grupos que impunemente açoitam, deprezam e saqueiam, atingindo inclusive escolas e igrejas. Nesta ocasião as autoridades se pronunciaram contra estes desmandos. Providências, porém - nenhuma. O que vem ocorrendo desde então é uma escalada da violência destes grupos terroristas clandestinos, na medida em que a omissão das autoridades reforça e acoberta suas ações.

Assim, cabe a todos nós que estamos sujeitos ao mesmo tempo às represálias dos chamados Órgãos de Segurança e aos atentados destes grupos clandestinos, nos organizarmos numa campanha nacional contra o terror. Ao EM TEMPO, todo o nosso apoio e solidariedade. Cabe a nós agora unirmos nossos esforços e perseguirmos na nossa luta que é comum - a luta pelas liberdades democráticas.

(D. Helena Greco, presidente da seção mineira do Movimento Feminino pela Anistia)

Os estrategistas do regime não romperam com o passado negro da tortura.

Os diversos atentados de grupos clandestinos de direita, frequentes nos últimos anos, nos causam indignação. Mas é preciso ir além, e tentar entender por que têm ocorrido.

Uma coisa é óbvia: contam com a cumplicidade dos órgãos policiais, que até hoje não encontram os culpados de nenhum. A certeza da impunidade é uma primeira explicação.

Uma segunda coisa também é clara: esses atentados começaram no momento em que o regime brasileiro começou a tentar tornar a repressão mais civilizada, a partir da "distensão", do afastamento do general Ednardo D'Ávila, identificado como responsável pelas mortes ocorridas no DOI-CODI. É preciso deixar claro: a repressão ainda não é feita pelo governo ou pelos órgãos oficiais apenas dentro da lei: pessoas presas recentemente denunciaram ter sofrido torturas, como o estudante "Cajá" e os presos de Brasília.

Mas a tendência a torná-la institucional e nítida: o governo não quer mais ser responsabilizado por assassinatos, torturas, sequestros. Hoje é impossível ignorar o avanço do movimento de oposição.

Os GAC, MAC, CCC, AAB e outros quotas são certamente nostálgicos de um passado próximo e negro. Não acreditam na estratégia das reformas do Senador Portella para neutralizar o avanço da oposição. Ou acham que ela é insuficiente e que a política do "diálogo" das elites deve ser completada com a política dos atentados terroristas. Os estrategistas do regime, por outro lado, não romperam com esse passado negro, talvez por não se sentirem seguros. Tanto assim que a direita terrorista jamais é punida. As divergências entre a política do "diálogo" e a política dos atentados ainda são divergências inter as.

Diante disso, só nos resta denunciar os atentados, denunciar a connivência dos órgãos oficiais e fortalecer a organização da oposição.

(João Machado Borges Neto, presidente da Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte)

Gigante, do DCE: o regime tem dificuldade de reprimir abertamente.

Isso que vem ocorrendo corriqueiramente com o EM TEMPO, dada a linha que ele vem assumindo, se colocando claramente contra a ditadura, defendendo os interesses populares, não poderia ser de outra forma, pela dificuldade que o regime tem hoje de reprimir abertamente. Isso vem mais uma vez desmascarar suas falsas propostas de abertura, pois enquanto os governantes tentam dar um caráter "democrático" às reformas, seus órgãos paramilitares atuam na calada da noite.

Em primeira instância a gente deve denunciar abertamente esses atentados, repudiando-os, exigindo das autoridades explicação, uma vez que temos claro que isso vai continuar sendo tentado pela ditadura, tentando fazer calar aqueles que se colocam contra a exploração e opressão.

(Alberto Magno Carlos, "Gigante", DCE-UFGM)

Não podemos ceder no espaço político duramente conquistado.

O que a gente concluiu é que, devido ao próprio desgaste do aparelho repressivo da ditadura, os aparelhos clandestinos da repressão começaram a tomar um corpo mais efetivo. Então o poder abriu duas frentes. Uma delas a divulgação de uma abertura política, que às próprias atitudes oficiais, depois de um certo tempo se autodelataram com um certo engodo. Paralelamente a isso, como já vinha acontecendo de maneira mais pálida, durante os últimos anos, as ações terroristas começaram a ter um cunho cada vez mais violento, mais tenaz.

Um desses engodos demagógicos foi o próprio recrudescimento da censura. No entanto, quando os artigos tentam se organizar, convocando o Dia Nacional de Luta contra a Censura, no último dia 17, o que a gente reparou é que em nenhum lugar do Brasil, onde houve essas manifestações, inclusive de rua, não ocorreu nenhuma repressão ostensiva. A gente ficou um pouco surpreso. O que coloca pra gente quase que um termo na nossa cara. A gente faz uma manifestação, e num momento eleitoral como esse a repressão nem se mostra. Mas na calada da noite, desse mesmo dia, ela manda uma patrulha terrorista a um dos redutos da manifestação oposicionista democrática do país.

De forma que isso nos coloca diante de uma situação em que se faz necessário não apenas continuar a luta pela ampliação do espaço democrático, mas também que os setores de oposição ainda mais se unam e se mobilizem no intuito de criar uma força de resistência, desmascarando as atitudes terroristas e tentando a qualquer custo não ceder o espaço duramente conquistado. Se faz necessário que criemos condições concretas para atuar nas duas frentes, que continuamos tentando lacrar as manifestações de insatisfação da sociedade brasileira.

(Depoimento de Leri Fajz Júnior, da Associação Profissional dos Artistas e Técnicos de Minas Gerais)

Cartas, críticas, sugestões, aptes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes deem seus nomes e endereços completos.

Jornalistas querem que Geisel apure "atos de banditismo"

Senhor Presidente da República: Os Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, através do seu Sindicato, vêm até Vossa Excelência para manifestar o seu repúdio às atividades de grupos extremistas inimigos da democracia em nosso Estado, e requerer o seguinte:

1º) - recentemente, cometendo crimes que ferem a formação cívica e democrática destas Minas Gerais e a própria Constituição do País, esses grupos extremistas invadiram, deprezaram e atingiram o patrimônio da sucursal do jornal semanal "EM TEMPO", à rua Bernardo Guimarães, 1884, nesta Capital.

O fato, amplamente divulgado em todo o País, gerou abertura de inquéritos policiais, baseados em denúncia do jornal e de laudos periciais feitos nos locais dos atentados. Mas, infelizmente Senhor Presidente, até agora não tivemos qualquer informação sobre possibilidade de visualização ou identificação dos culpados;

2º) - atentados como o da sucursal de "EM TEMPO" já aconteceram na sede da Ordem dos Advogados do Brasil e na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, sem que os responsáveis fossem apontados e levados a julgamento. Hoje, a nossa preocupação é trazer até Vossa Excelência esta denúncia, ao mesmo tempo em que esperamos seja recomendada a efetiva atenção e ação dos órgãos de Governo, visando levar os responsáveis por esses atos de banditismo a responderem por seus crimes perante a Justiça.

3º) - até que providências sejam adotadas por or-

dem expressa de Vossa Excelência e elucidadas todas as ações, o povo mineiro fica intranquilo.

Ao empunhamos a bandeira da liberdade democrática, que se consolida principalmente através de uma imprensa livre, estamos em presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente, para requerer:

1º) - uma recomendação expressa da Presidência da República, para que sejam apurados todos os fatos que envolvem a agressão e a deprecação da sucursal de "EM TEMPO", em Belo Horizonte, visando evitar que nova onda de violência e invasão a órgãos de imprensa aconteçam;

2º) - como autoridade suprema da Nação, que Vossa Excelência determine aos órgãos competentes do Governo Federal uma rigorosa apuração de todos os atentados desse tipo já que a Constituição Federal nos garante, a todos, o direito ao trabalho profissional sem intimações;

3º) - uma mensagem de tranquilidade para os proprietários e trabalhadores de empresas jornalísticas de Minas Gerais, que, hoje, demonstraram a sua preocupação com as tentativas de ameaça lançadas contra o exercício da liberdade de imprensa e de opinião, por elementos não identificados, e que continuam impunes.

Certo que Vossa Excelência atenderá a preocupação dos Jornalistas mineiros, declarada por este documento, e adotará as medidas solicitadas, aguarda pelo fim da violência até agora impune.

Queremos Justiça!



Bahia São atos de violência para intimidar a imprensa combativa.

Durante o ato público realizado no último dia 10 em Salvador, os setores oposicionistas baianos manifestaram seu protesto contra os atentados de extrema-direita que este semanário sofreu. Na última semana publicamos parte das moções de solidariedade, e agora seguem as outras.

Afastados do povo, não resta outra saída aos que estão no poder.

O COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS/FEIRA DE SANTANA, tomando conhecimento das agressões sofridas por esse Jornal democrático, vem de público manifestar seu repúdio por mais um ato terrorista praticado pelo C.C.C. contra aqueles que lutam por liberdades democráticas.

Infelizmente, como nos atos anteriores, os culpados continuam impunes. Aos que estão hoje no poder não resta outra saída. Afastados completamente dos mínimos anseios do povo brasileiro, incapazes de conter as manifestações vivas de repúdio a toda essa situação de arbítrio, a única alternativa é a repressão crescentes que gritam por liberdade.

O COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS/FEIRA DE SANTANA em sua luta ao lado dos oprimidos, amordaçados, que infelizmente são a maioria do povo brasileiro, solidariza-se com os que fazem o JORNAL EM TEMPO.

Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana

Monstruosos atentados à liberdade de expressão e à Constituição Federal.

Como advogado militante, empenhado na defesa de pessoas enredadas na Justiça Militar em processos políticos - período de 1964 a esta data - não posso deixar de manifestar a minha repulsa aos recentes atos de vandalismo praticados contra o Jornal EM TEMPO, em Curitiba, e Belo-Horizonte. De natureza terrorista, de direita, segundo auto-identificação, eles tipificam, de modo encarecido, não um simples crime de dano à propriedade, previsto no Código Penal Brasileiro, senão delitos de félic apuração e de enquadramento indubitados na Lei de Segurança Nacional, em modalidade agravada, praticados que foram à noite e premeditadamente, por inspiração ideológica de natureza subversiva, seguidos de grave ameaça e considerável prejuízo material à vítima.

Muito pior que isso, entretanto, é importarem eles em monstruosos atentados à Constituição Federal, Emenda 1/69, na medida em que ela assegura, a todos, a livre manifestação do pensamento, de convicção política ou filosófica, a prestação de informação, independentemente de censura; além de garantidora do princípio da inviolabilidade do domicílio, que não se restringe apenas à casa de residência.

Esses episódios de violência, só vieram aumentar a desconfiança e a intranquilidade da família brasileira, quiza a descrença, quanto ao trombeado próximo retorno do país ao Estado de Direito.

De outra parte, a suspeita impunidade de tais atos, servem ao mesmo tempo, desgraçadamente, para positivar que um outro mandamento constitucional - o da IGUALDADE DE TODOS PERANTE A LEI não passa, entre nós, de um ideal de Justiça inatingível.

José Borba Pedreira Lapa

Grevistas não querem apenas uma suspensão simbólica da censura.

Mais uma repressão. Reprimir, de forma aberta ou velada. Através de proibições e ameaças, prisões e torturas, caracterizando a falta de liberdade em todos os seus níveis. As ações da repressão são empregadas diariamente contra todo o povo, que hoje luta por melhores condições de vida e trabalho. Que avança na conquista de seus direitos. Mais recentemente, com o aparecimento de atentados para militares de direita, como foi a causa da invasão da sucursal do jornal Em Tempo, começou a ser implantado o terror com um mesmo objetivo - conter as nossas lutas. Deter o nosso avanço.

Manobra. E falamos em democracia: Lutamos por nossos direitos. E o que almejamos não é apenas uma simbólica suspensão da censura ou promessas de meias liberdades. Queremos o fim das leis do arbítrio, a punição dos culpados pelos crimes contra o povo, a suspensão de toda e qualquer forma de censura ou pressão. Desejamos e conquistaremos uma sociedade verdadeiramente democrática, representativa da maioria da população.

E não conseguimos nos calar. Por isso, continuaremos. E nós nos colocamos ao lado de toda a imprensa democrática e de toda a população na luta por dias melhores, na busca de seus mais legítimos direitos. E esta também é uma causa nossa, parte da luta por melhores condições de ensino que ora travamos. Nestes três meses de greve aprendemos, entre outras coisas que a liberdade de organização e manifestação é uma meta de todos que se batem por uma sociedade mais justa.

Diretório Acadêmico e Comissão de Greve do Curso de Comunicação da UFBA

Crescimento da imprensa democrática inquieta donos do poder.

As atividades repressivas são a tônica do sistema de exceção implantado em 1964, destruindo vidas, entidades e políticos autênticos. Hoje crescente aumento dos setores oposicionistas e principalmente maior penetração da imprensa democrática nas camadas sociais menos favorecidas e consequentemente mais exploradas da nossa sociedade, faz inquietos os donos do poder, que já não utilizam do slogan do milagre e nem dos falidos atos de exceção utilizando-se assim da ameaça e do terror. E assim, procuram uma saída para o impasse político e a grande manifestação popular.

As invasões ocorridas nas sucursais do Semanário Em Tempo, exercidas por órgãos de repressão paramilitares (CC) tentando intimidar um dos canais de comunicação que apela de sobremaneira para o restabelecimento democrático em nosso país.

Nos alunos da Universidade Católica de Salvador apoiamos a luta de toda a imprensa democrática, como canal de divulgação das lutas dos trabalhadores e da denúncia dos atos inescrupulosos do sistema político em que vivemos.

Pela Liberdade de Organização e Manifestação de Expressão. Diretório Acadêmico de Economia. Diretório Livre de Serviço Social. Diretório da Escola Baiana de Medicina. Diretório da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Diretório de Teologia. Comissão Pro-D.A. de Direito.

Aparte

"A UNE SOMOS NÓS"

(palavra-de-ordem de manifestações estudantis)

Reunidos em Salvador, sob severa vigilância policial, os principais líderes estudantis brasileiros deliberaram sobre suas próximas campanhas, entre as quais se destaca a luta pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes - a UNE - depois de 1964.

Reportagem de Oto Filgueiras e Linalva Maria)



Cem líderes estudantis de vários estados do Nordeste e do Sul do país estiveram reunidos em Salvador, durante todo o dia 18 de agosto, sábado, na Escola Politécnica - no campus universitário do bairro da Federação. Tratava-se de um encontro da Comissão Pró-UNE, para detalhar o encaminhamento sobre a Semana por Melhores Condições de Ensino, que será realizada nacionalmente de 18 a 22 de setembro, e preparar o IV Encontro Nacional dos Estudantes (IV ENE), programado para o dia 3 de outubro em São Paulo.

Apesar da severa vigilância dos órgãos de segurança, que colocaram agentes à paisana na porta da Escola Politécnica, de maneira ostensiva, nenhum problema de repressão foi registrado e até o sumiço de uma estudante, por algumas horas, não passou de um susto. O

esquema de segurança dos estudantes também foi acionado, orientados os passos do encontro, mas no final os encarregados de acomodação, alojamentos, alimentação e segurança avaliaram que o esquema foi falho, uma vez que muitos dos estudantes não procuraram ficar sempre em contato com os organizadores do encontro para qualquer comunicado de eventual problema.

Por outro lado, enquanto ainda pela manhã o acesso da imprensa era vedado ao encontro, já no seu final, à noite, não havia qualquer controle das pessoas que compareceram ao local. A permissão para que EM TEMPO cobrisse o encontro foi decidida pelo plenário, que - a partir daí - abriu o encontro a toda imprensa.

Um dos debates que durou mais tempo durante a reunião de Salvador, foi a questão da votação no IV

ENE. Em princípio aceitou-se que cada entidade tenha cinco votos, mas resta ainda a definição de como votarão os estudantes dos locais onde não existem entidades.

Deliberou-se que a Semana Por Melhores Condições de Ensino terá como temas básicos: mais verbas para a educação, ensino público e gratuito, democratização da universidade e a luta contra a Reforma Universitária. Um documento contendo a visão dos estudantes sobre tais assuntos entregue, ao Ministro da Educação e Cultura, em Brasília no dia 21 de setembro.

Outra resolução importante do encontro da Comissão Pró-UNE foi em respeito ao IV ENE que terá como pauta a discussão sobre a conjuntura política e oposição dos estudantes em relação às próximas eleições parlamentares, além do processo de recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Reconstrução: quando? como?

As táticas estudantis para a criação de uma nova UNE (já ou daqui há pouco?)



EM TEMPO!

Pró-UNE: que fazer?

Debate: integrantes da Comissão Pró-UNE fazem uma avaliação de suas atividades.

Encontrar pontos de unidade que possam efetivar concretamente os seus passos em direção à reconstrução da UNE tem sido uma das principais preocupações da Comissão Pró-UNE, que se compõe de diversas tendências empenhadas atualmente na preparação do IV Encontro Nacional dos Estudantes, previsto para 3 de outubro em São Paulo.

EM TEMPO convidou para um bate-papo os integrantes da Executiva da Comissão Pró-UNE. Domingo de manhã, após o encontro de Salvador, compareceram ao DCE da Universidade Federal da Bahia, além do seu presidente, os representantes dos DCEs da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da PUC do Rio e dois diretores da União Estadual de Estudantes de São Paulo.

EM TEMPO - Qual a avaliação que vocês fazem agora do trabalho e papel desempenhado pela Comissão Pró-UNE?

UEESP - A Comissão Pró-UNE representa hoje no movimento estudantil a mais ampla, e geral instância de discussão e decisão dentro do movimento. É a união de todos os DCEs e entidades estudantis que se reúnem e discutem as decisões do ME no sentido de colocá-lo nacionalmente em uma forma unificada de suas lutas. Este papel que a comissão pode desempenhar não estava bastante claro para todas as entidades, no início, não havia sido reconhecido de imediato. Se discutia muito se a comissão deveria decidir a respeito de questões políticas, por exemplo, ou outras coisas.

ET - E hoje já dá para definir o que é o papel da Comissão?

UEESP - A prática mostrou que apesar das limitações a Comissão Pró-UNE era a que tinha melhores condições de deliberar sobre o movimento e este papel deve ser assumido por todas as entidades. Já na última reunião, realizada durante o encontro da SBPC, foi assumido que a Comissão deveria se situar no âmbito das lutas dos estudantes por liberdades democráticas, anistia ampla e irrestrita e pelo fim do regime militar.

A nível de conjuntura, a comissão passou a falar sobre os fatos que aconteceram na vida cotidiana, a exemplo da repressão, e começou a imprimir a nível nacional o rumo das lutas do movimento. Em princípio aceita-se que a comissão Pró-UNE é a instância de direção e não meramente organizativa. Na reunião da SBPC se decidiu que todas as lutas que os estudantes travam a nível nacional devem ser dirigidas hoje para o fortalecimento da Semana Por Melhores Condições de Ensino.

ET - E fora do âmbito das lutas específicas dos estudantes?

UEESP - Em relação às questões mais gerais a Pró-UNE tem se posicionado quanto a anistia, atos de terrorismo, julgamentos de presos políticos, protestando contra as torturas e a repressão. Desde o ano passado que ela vem se mobilizando, que ela entendeu que não deve resistir ao papel de dirigente e deve se colocar para os estu-

dantes. Este é o papel que ela tem de fazer para fortalecer o IV ENE e colocar na ordem do dia a recriação da UNE a partir dos DCEs, UEEs e todas as entidades do movimento estudantil.

ET - A Comissão tem cumprido suas tarefas a contento?

DCE-UFB - A gente não pode deixar de falar, de tomar público algumas coisas em que a Comissão não vem funcionando de maneira correta. Não é uma crítica negativa que leve a temer a importância da Comissão, a crítica pretende levar à verdade e o DCE da Bahia faz duas: a Comissão veio para unificar a luta dos estudantes como tarefa principal, visando a reconstrução da UNE. Porém ela não vem cumprindo este papel muito bem e somente agora na SBPC se tirou uma luta dos estudantes unificada a nível nacional, que foi a Semana Por Melhores Condições de Ensino. Em janeiro, por exemplo, já havíamos assumido manifestações contra a autarquia das universidades e isto não foi concretizado. Nos consideramos que unificar não é apenas realizar manifestações conjuntas e sim dar uma orientação geral às lutas. A Comissão tem limites e não pode ser confundida com a própria UNE, porque ela não possui um programa e nem foi votada pelo conjunto conjunto dos estudantes para assumir as tarefas. Acreditamos que ela deve unificar o movimento, mas anteriormente ela vinha apenas marcando manifestações.

ET - Qual a outra crítica do DCE da Bahia?

DCE-UFB - A outra crítica é que a Comissão deveria estar acompanhando mais de perto as lutas travadas pelos estudantes em suas entidades, sem contudo dirigí-las. A Comissão deve criar um sistema de acompanhamento dessas lutas para que coisas deliberadas não deixem de ser concretizadas pela nossa incompetência.

ET - Quais as lutas que a Comissão deve assumir para unificar o movimento?

DCE-UFMG - A comissão se coloca como uma necessidade a partir da necessidade do movimento estudantil. Em 77 começamos a assumir claramente a luta política contra o regime com a realização dos dias nacionais de luta, num momento de unificação do ME não só na forma como também no conteúdo: a luta contra a ditadura. Aí se colocou a necessidade de direção do ME e neste momento a grande imprensa serviu como canal de mobilização. Havia a carência de um organismo capaz de coordenar tudo isto e um dos instrumentos para se criar isso seria a realização do III ENE em Belo Horizonte, que foi reprimido. Em São Paulo ele foi realizado e lá tirou-se a Comissão Pró-UNE para coordenar as atividades nacionalmente. Ela é ainda uma organização transitória, ainda não é a UNE, seu objetivo é coordenar e fazer intensa propaganda das lutas dos estudantes, e a Comissão vai ser reconhecida na medida em que ela consegue centralizar e dar unidade. Porém a

instância principal do movimento são os encontros nacionais, eles estão acima da comissão. Concordamos com a crítica de que ela não estava sendo um organismo que dirigia a contento, mas seu papel é limitado por ser ela transitória. A gente acha que para que a comissão possa dirigir é fundamental que as entidades e os DCEs que a compõem encaminhem, junto às massas, as decisões adotadas, o que não vem ocorrendo.

ET - Mas que tipo de lutas podem ser concretizadas efetivamente neste estágio?

DCE-UFMG - A comissão tem de imprimir direção em cima de lutas capazes de unificar o movimento. Vejamos o exemplo da luta contra a autarquia, ela estava pouco clara até mesmo para a vanguarda. Ao contrário das manifestações do dia 28, que foi um momento importante para a Comissão pois ela conseguiu colocar-se para o estudante a nível nacional, colocando também a necessidade da UNE. Em Minas Gerais os estudantes foram às ruas com slogans como "A UNE somos nós" e "A UNE é a nossa voz". É em cima destes momentos que se vai colocando a necessidade da UNE.

ET - A Comissão não vinha unificando...

DCE-UFMG - O que se tem de fazer é definir o papel da comissão e o papel da UNE. Precisamos saber em cima de que pontos pode-se chegar à unidade e isso implica não confundir a Comissão como uma entidade de massa. Acho que, por exemplo, a comissão de liberar sobre questões políticas é impossível, porque ela tem de levar as lutas apenas onde existe unidade. Decidir, por exemplo, a luta pela independência nacional vai distanciar, porque não há unidade.

UEE-SP - O que unifica é o móvel concreto da luta e não uma plataforma, não propomos associar o móvel concreto à plataforma porque isso limita muito a propaganda política. A unidade vai se dar na luta ao lado da garantia de propaganda política. A Comissão não se unifica em questões gerais de propaganda política e sim em cima de lutas concretas. Mesmo que não exista um consenso, a comissão pode se pronunciar sobre a independência nacional, por exemplo, mas sem levar esta questão como uma luta. É claro que mesmo no caso do pronunciamento tem de se procurar a conveniência dele e procurar se posicionar em relação ao que existe de mais unificado, levando em conta as diferenças políticas, caso contrário, será uma posição incorreta no movimento.

ET - Mas, até que ponto a Comissão está se relacionando com a massa estudantil, democratizando as decisões?

DCE-UFMG - Esta é uma das críticas à Comissão, ela está funcionando eminentemente com os votos das diretorias dos DCEs e não com a votação da massa, quando é fundamental que os DCEs consultem as entidades de base antes de tomar qualquer decisão na Comissão Pró-UNE. Todas as decisões devem ser as mais democráticas possíveis.

A recriação da União Nacional dos Estudantes - a UNE - é uma alternativa imediata, colocada para agora, ou não existem ainda as condições para colocá-la no atual momento político?

A realização do IV ENE - em São Paulo - vai ser uma oportunidade decisiva para esta definição, pois lá a questão estará na ordem do dia para as diversas tendências do movimento estudantil. Até o momento, ainda se nota um clima de indefinição sobre o assunto entre as lideranças estudantis.

As diferentes posições sobre a recriação da UNE partem das avaliações do quadro político brasileiro atual. Os representantes da Executiva da Comissão Pró-UNE fazem aqui a sua avaliação da conjuntura, incluindo a questão da UNE. EM TEMPO - Como vocês estão vendo os movimentos populares no Brasil hoje, e dentro deles, onde se situa o ME?

DCE-UFB - O momento do ME é de ascensão que se dá de uma maneira diferente, porque nosso movimento no seu avanço tem procurado mobilizar amplas massas de estudantes e eu estou falando no caso específico da Bahia, onde conseguimos incorporar, cada vez mais, camadas que não participavam destas lutas. Para comparar, basta ver o que era o ME em 74, era um momento em que o movimento estava situado em linhas, as lutas eram travadas em cada estado. Hoje, o movimento cresce dia a dia.

Avança não somente no sentido de incorporar novas camadas no ME, como também no sentido mais geral das lutas de outros setores da sociedade, na ligação com segmentos interessados na democracia. Na realidade mais geral a mobilização de outras camadas vem crescendo, particularmente os trabalhadores, setores médios e o campo. Na medida em que existe este avanço, percebemos que isto ocasionou as divisões dentro da ditadura, no seio das classes dominantes. Se por um lado esta divisão não indica que a ditadura está caindo, por outro isto significa algo positivo para o avanço do movimento popular.

Consideramos que todos os setores interessados pela democracia têm como tarefas essenciais a luta contra a ditadura substanciada em anistia ampla, geral e irrestrita, abolição de todos os atos e leis de exceção, e uma Constituinte livremente eleita, democrática e soberana.

DCE-PUCRJ - Observando a realidade dentro do conjunto da oposição vemos três tendências se desenvolvendo: a aglutinação de setores da sociedade ao conjunto de oposição democrática contra a ditadura; o desgaste das forças repressivas e de todos os instrumentos do regime e sua desagregação; e a defasagem entre estas oposições e as suas formas de organização e mobilização. Dentro destes quadro apontamos para dois eixos centrais hoje que são reconstrução das entidades estudantis e a ampliação, em sentido nacional, e a própria unificação que as lutas estão tendo. Dentro disso, é que, com a realização do IV ENE, deve ocorrer um salto no processo.

A reconstrução da UNE passa por este avanço no IV ENE, mas passa também por um amplo processo de mobilização do conjunto da sociedade, das formas democráticas de lutas contra a ditadura, inclusive o próprio ME lutando por liberdades democráticas, anistia, constituinte.

UEE-SP - Identificamos como o sinal dos tempos em que vivemos o avanço extraordinário das lutas populares, que apesar de apresentar ainda debilidades, está com uma velocidade de desenvolvimento que nos anima para considerarmos de que o centro da oposição deva se colocar na perspectiva

dos setores populares e que lute de maneira mais consequente pelas liberdades democráticas. E isso no momento em que a ditadura procura alternativas, e apresenta uma fachada de reformas, enquanto nas classes dominantes começam a aparecer setores dissidentes, que buscam uma saída elitista não rompendo com o essencial, e não colocando na prática a participação dos setores populares na luta contra a ditadura. A intenção e o surgimento da Frente Nacional de Redemocratização é para evitar que os setores populares se coloquem em cena. Se colocar, no presente, a consolidação e unificação de todos os setores que lutam pela derrubada da ditadura militar, significa dar mais ampla liberdade democrática aos trabalhadores e ao povo, o desmantelamento do aparelho repressivo, liberdade sindical e partidária, melhores condições de vida para a população, anistia e Constituinte, porque isto que vai significar o fim do regime militar. Nesse período de eleições em que vive o país, é necessário unificar todos os setores populares e colocar a perspectiva da derrota da ditadura, e consolidar, a nível político, e orgânico a organização dos setores populares, com uma atuação unificada neste processo eleitoral. Os candidatos que pretendem colocar o parlamento a serviço dessa organização devem se unificar numa plataforma de intervenção contra a ditadura. Dentro deste quadro o ME tem se desenvolvido a partir também do aumento das lutas populares, aliado à construção de suas entidades de massa e de organização em todo Brasil.

DCE-FMG - Tenho concordância com o que os colegas falam de que o ME vive um avanço e isso se dá de forma diferente de 68 e 69, quando havia um isolamento social. Era uma época de expansão econômica onde os setores dominantes se empenhavam num projeto político e econômico, que implicava reprimir o povo e qualquer oposição ao regime. Em 68 e 69 o movimento estudantil foi o principal alvo da repressão e se desagregou. Com a crise econômica e política no País o movimento retoma suas lutas e mais uma vez se interpõe nesta brecha, retomando a sua tradição de combatividade e luta contra a ditadura. O DCE de Minas entende como fundamental diferenciar claramente o que deve ser hoje a oposição ao regime quando ele acena com as reformas. Surgem setores da população que se colocam contra o regime, enquanto existe a oposição do tipo Magalhães Pinto, Hugo Abreu, Euler Bentes, pessoas que até pouco faziam parte do sistema. Existe um terceiro campo que o ME deve se colocar, que implica a derrubada da ditadura, fim das leis repressivas, desmantelamento dos aparelhos de repressão, anistia, ampla liberdade partidária, principalmente para os partidos populares e operários, e isso vai desembocar inevitavelmente na convocação de uma Assembléia Constituinte.

DCE-UFRRS - Com o desmantelamento das formas de oposição popular, levado a efeito pela ditadura militar, ficou um vazio entre a necessidade dessas formas de organização e a situação existente, que era de descontentamento geral. Sindicatos foram fechados, federações, a UNE e todas as forças populares ficaram sem formas de combates à ditadura facista. Todas as tentativas de reorganização foram reprimidas, como em 68, ao mesmo tempo era imposta ao povo uma série de pressões econômicas. Havia o descontentamento, mas não havia ligações que globalizassem os movimentos de oposição. A partir de um determinado momento a movimentação foi crescendo e se organizando aos poucos,

com os sindicatos pelegos sendo tomados por forças de oposição ao regime, diretórios estudantis sendo abertos, mas não havia ainda uma alternativa de poder popular.

Isto tudo leva à necessidade de maior organização dentro das lutas para a formação de uma frente pela derrubada da ditadura e depois um governo democrático transitório, que não é proposta pela Frente Nacional de Redemocratização. Se coloca então a luta pela anistia, Constituinte perdida de ampla campanha de organização partidária e como alternativa final um governo de transição, popular, que signifique o fim do regime.

ET - Como vocês estão encarando a reconstrução da UNE, já, ou mais tarde?

DCE-UFB - A UNE se faz presente e cada vez mais próxima à realidade dos estudantes. Mas achamos que ela não pode ser recriada sem alguns pré-requisitos mínimos: o fato desta comissão ter assumido a luta dos estudantes já é um pré-requisito para que a UNE saia em fases fortalecidas. Nesse processo precisamos nos pautar por uma ampla campanha de propaganda e agitação e mesmo de mobilização em torno de sua reconstrução. É importante que o IV ENE de uma perspectiva concreta à reorganização da UNE.

UEE-SP - Hoje no ME a reconstrução das entidades gerais se coloca de forma cada vez mais crescente e o surgimento da UNE só pode se dar em cima de condições objetivas, como ocorreu no processo de reconstrução da UEE de São Paulo.

A UEE surgiu no instante em que estávamos reconstruindo os DCEs e estimulou inclusive a organização de entidades em locais onde não existia.

Assim, o IV ENE, deve ser fruto das necessidades do ME e da unificação de suas lutas.

Outro ponto importante é que, pelo social que teve e por ter sido o alvo principal da repressão, sua reconstrução, não é fruto exclusivo das forças estudantis. É necessário que haja um avanço das forças populares que lhe darão um amplo respaldo social. Deve ser uma entidade comprometida com as lutas populares. É importante ressaltar que esta posição é da diretoria da UEE já que o assunto ainda não foi discutido no conjunto dos estudantes.

DCE-UFMG - Primeiro consideramos que o estágio atual do ME não é o mesmo de 74 e 73 quando haviam lutas apenas de resistência. Hoje, elas são mais organizadas e em muitas vezes em ofensiva contra a ditadura. Contudo vivemos uma situação de impasse: pela própria natureza do movimento estudantil é de apoio e auxílio aos trabalhadores e estes ainda não assumiram de forma contundente a luta política contra o regime. O desafio das forças políticas é buscar uma alternativa de oposição pelas bases dos estudantes. Vencer esta debilidade é fundamental no processo de reconstrução do ME, inclusive a nível nacional. Qual a recriação da UNE, tem dois pontos que se colocam: um é o dado conjuntural que falamos anteriormente e o outro é a força interna do movimento estudantil que vive um processo de desenvolvimento onde existem centros mais atrasados e incipientes e outros mais adiantados como é o caso do Nordeste e São Paulo.

O marco decisivo vai ser o IV ENE e a gente espera que seja representativo e que uma das suas deliberações seja a do congresso de formação da UNE, que propomos seja para o primeiro semestre de 79.